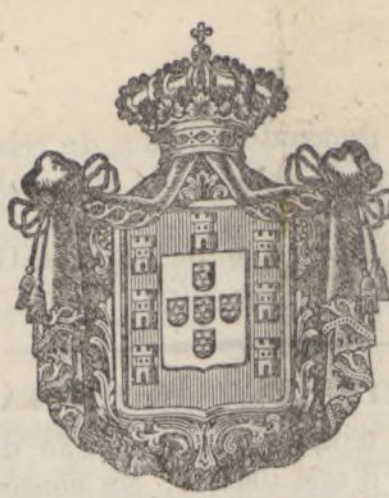


ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10400
Por seis mezes.....	5600
Por tres mezes.....	3000
Avulso por folha.....	4040
Anuncios, por linha.....	4000

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno.....	124000
Por seis mezes.....	64000
Por tres mezes.....	34000

Communicados e correspondencias, por linha..... 4000

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscriver para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha..... 3\$600 réis
Sem estampilha..... 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 14 do corrente mez, perante o governador civil de Castello Branco, as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Alameda, e Silveiras; e perante os commissarios dos estudos respectivos as de igual disciplina e grau de Cazeval, Ferreira e Vidigueira, no districto de Beja; S. Romão, no da Guarda; Sítio do Casal, Trasmagal, e Val de Figueira, no do Santarem; Antuzede, e Alhadas, no de Coimbra: cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal; tendo alem d'isso a de Antuzede casa e a de Alameda mobilis pelo conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco; e as de Cazeval e Sítio do Casal casa e mobilis pelas juntas de parochia respectivas.

Os que pertenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concellos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Direcção geral de instrucção publica, 9 de março de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de 60 dias, que principiará em 20 do corrente mez, perante os commissarios dos estudos respectivos, as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Celorico de Basto, e S. Bartholomeu da Esperança, no districto de Braga; Samuel, e Mira, no de Coimbra; Alte, e Cachopo, no de Faro; Carnota, Villa Verde dos Francos, Manique do Intendente, Barreiro, Coima, S. Miguel de Milharado, Santo Estevão das Galés, Paio Pires, e Santa Suzana do Machial, no de Lisboa; Veiga de Lila, no de Villa Real; Aregos, Beijoz, e Paredes da Beira, no de Vizeu: cada uma d'ellas com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal respectiva; tendo alem d'isso a de Samuel casa, mobilis e utensilios pela camara, e a de Alte pela junta de parochia; e de Santo Estevão das Galés o subsidio annual de 6\$000 réis pela junta, e o de 12\$000 réis, casa e utensilios pela camara municipal; e finalmente a de Veiga de Lila casa pela junta, e utensilios pelo cidadão Julio de Carvalho de Sousa Telles, e pela mesma junta de parochia.

Os que pertenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal e pelo administrador do concelho ou concellos onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida, e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames, na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Direcção geral de instrucção publica, 13 de março de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio Maria da Nazareth Cancellia, viuva, o pagamento do que se ficára devido a seu fallecido marido, Antonio Nicolau Rodrigues Cancellia, como amanuense, que foi, da secretaria do governo civil de Lisboa.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo de Leiria, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade das disposições dos artigos 10.º e 11.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga por obito do cónego Alexandre José de Oliveira; e attendendo a que o

presbytero Antonio do Patrocinio Goes, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, merecedor de contemplação por sua compostura de costumes, e serviços prestados á igreja: hei por bem fazer-lhe mercê de o apresentar na mencionada cadeira capitular da sé cathedral de Leiria, vaga na forma acima referida.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo de Leiria, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade das disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga pela promoção do seu ultimo e immediato possuidor Antonio Ferreira de Miranda e Oliveira á dignidade de chanceler da mesma sé; e attendendo eu a que o presbytero Pedro Fabião de Napoles e Ornellas, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, alem de condecorado com o grau de bacharel formado na faculdade de direito pela universidade de Coimbra, e de possuir, portanto, a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, se torna merecedor de contemplação por seu regular comportamento; acrescentando a estas circumstancias a muito attendivel de ser o dito presbytero egresso da ordem militar do Nosso Senhor Jesus Christo, habilitado para receber a competente prestação do thesouro publico: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero, egresso e bacharel, Pedro Fabião de Napoles e Ornellas, de o apresentar na mencionada cadeira capitular da sé cathedral de Leiria, vaga na forma acima declarada, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Attendendo a que me representou o presbytero João Alvares de Moura, bacharel formado na faculdade dos sagrados canones, cónego da sé cathedral de Coimbra, e actual professor de instituições canonicas no seminario da mesma diocese; e bem assim das informações favoraveis que me foram presentes, quanto ao merito, letras, honesto procedimento e bons serviços do supplicante: hei por bem fazer mercê ao referido presbytero João Alvares de Moura de o transferir do canonicato em que está collado para a cadeira capitular, que se achava vaga, na sé cathedral do Porto, por obito do seu ultimo e immediato possuidor, o presbytero Lourenço José de Sousa e Vasconcellos, ficando o agraciado sujeito á obrigação do ensino das disciplinas ecclesiasticas do seminario diocesano do Porto, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, com o resultado do concurso a que mandei proceder, na conformidade das disposições dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito, para o provimento da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga pela promoção do cónego Joaquim Manuel Rasquinho á dignidade de deão da mesma sé; e constando das mesmas informações e parecer que o presbytero Manuel de Jesus Maria, um dos oppositores que compareceu ao dito concurso, alem de condecorado com o grau de bacharel formado em theologia pela universidade de Coimbra, e de possuir portanto a habilitação scientifica requerida no artigo 4.º do referido decreto, se torna merecedor de contemplação por seu regular comportamento; acrescentando a estas circumstancias a muito attendivel de ser o dito presbytero egresso da extincta ordem de S. Francisco, habilitado para receber a competente prestação do thesouro publico: hei por bem fazer mercê ao referido presbytero Manuel de Jesus Maria de o apresentar no sobredito canonicato vago na sé cathedral de Faro, com a obrigação annexa do ensino das disciplinas ecclesiasticas no referido seminario diocesano, pelo prazo de doze annos, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

INDIRECTAS

1.ª ANNUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que a barca ingleza, *Isle of Skie*, capitão John Richard Pkelan, procedente do Liverpool, com carga de carvão de pedra, e alguns cascos de cerveja, destinada para Buenos Ayres, tendo aberto agoa no dia 20 de fevereiro ultimo, na latitude de 36° N., e longitude 17° O., fôra abandonada pelo referido capitão e tripulação, salvando-se em um lanchão do mesmo navio, que chegou ao porto do Funchal no dia 23 do dito mez; havendo o sobredito director da alfandega mandado arrematar os salvados, entregando o seu liquido producto ao respectivo consul britannico. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 14 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 8

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 11 de março de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

Por decreto de 6 do corrente mez:

Regimento de cavallaria n.º 1

Tenente quartel mestre, o sargento quartel mestre do regimento de cavallaria n.º 4, Balthazar Jacinto Cardoso Cesar.

Regimento de cavallaria n.º 7

Tenente quartel mestre, o sargento quartel mestre, Manuel Antonio Pinto.

Regimento de cavallaria n.º 8

Alferes, o alferes graduado do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, Hugo Goodair de Lacerda Castello Branco, e o sargento de cavallaria da guarda municipal de Lisboa, Manuel Joaquim.

Batalhão de caçadores n.º 4

Alferes, o alferes graduado do batalhão de caçadores n.º 2, Cesar Augusto Barradas Guerreiro.

Batalhão de caçadores n.º 2

Alferes, o primeiro sargento do batalhão de caçadores n.º 1, Victorino Antonio Pastorino.

Batalhão de caçadores n.º 6

Capitão da 7.ª companhia, o capitão graduado do regimento de infantaria n.º 14, Libanio Evangelista dos Santos.

Capitão da 8.ª companhia, o capitão graduado, ajudante do regimento de infantaria n.º 11, Manuel Joaquim Verissimo.

Batalhão de caçadores n.º 7

Major, o major graduado do batalhão de caçadores n.º 6, Antonio Augusto de Macedo e Couto.

Regimento de infantaria n.º 7

Tenente, contando a antiguidade de 26 de fevereiro ultimo, o alferes, Francisco Antonio Alvares Pereira; por se achar habilitado com o curso de engenharia, e ter completado dois annos de serviço neste posto, na conformidade do artigo 36.º do decreto de 12 de janeiro de 1837.

Regimento de infantaria n.º 13

Capitão da companhia de deposito, o capitão graduado do regimento de infantaria n.º 14, Domingos José Gomes.

Regimento de infantaria n.º 15

Alferes, o alferes graduado, Antonio Pedro de Brito Villa Lobos.

Regimento de infantaria n.º 16

Alferes, os alferes graduados, do regimento de infantaria n.º 1, Pedro de Alcantara Correia de Lacerda, e do regimento de infantaria n.º 2, Augusto Carlos Xavier Palmeirim, o sargento da guarda municipal de Lisboa, José Maria da Conceição.

Por decreto de 11 do dito mez:

Torre do S. Vicente de Belem

Reformado na conformidade da lei vigente, ficando addido á referida torre, o merecedor de campo, Adriano Mauricio Guilherme Ferrer; pelo haver requerido, e ter sido julgado incapaz de serviço activo pela junta militar de saude.

Por decretos de 7 a 14 do mez proximo passado, expedidos pelo ministerio dos negocios do reino, foram nomeados cavalleiros da ordem militar de S. Bento de Aviz, o cirurgião de brigada, Francisco Joaquim de Moraes, e o capitão do 2.º regimento de artilheria, João Alberto da Silveira; devendo os agraciados solicitar por aquelle ministerio os respectivos diplomas, dentro do prazo legal.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Regimento de cavallaria n.º 7

Capitão graduado, o capitão graduado do regimento de cavallaria n.º 8, Fernando Antonio Rodrigues Teixeira Mourão; continuando na commissão em que se acha.

Regimento de cavallaria n.º 8

Tenente, o tenente do regimento de cavallaria n.º 7, Manuel João Baptista.

Batalhão de caçadores n.º 8

Capitão, o capitão do regimento de infantaria n.º 5, João Teixeira Barbosa.

Regimento de infantaria n.º 4

Alferes, o alferes do regimento de infantaria n.º 12, Custodio José dos Santos.

Regimento de infantaria n.º 3

Tenente, o tenente do regimento de infantaria n.º 6, Antonio Gonçalves da Silva.

Regimento de infantaria n.º 5

Capitão, o capitão do batalhão de caçadores n.º 8, Francisco Antonio de Miranda.

Regimento de infantaria n.º 6

Tenente, o tenente do regimento de infantaria n.º 3, Boaventura José Vieira; continuando na commissão em que se acha.

1.ª Batalhão de veteranos

Addidos, o tenente coronel reformado addido ao 2.º batalhão de veteranos, João Possidonio Correia de Freitas, e o major reformado addido ao mesmo batalhão, Francisco Claudio Xavier.

Sua Magestade El-Rei manda recomendar aos commandantes dos corpos a fiel execução do disposto no artigo 9.º da carta de lei de 4 de junho do anno proximo passado; deixando de aceitar substitutos que lhes sejam mandados apresentar pelas respectivas autoridades administrativas.

Postos e vencimentos mensaes com que ficaram os officiaes abaixo mencionados, a quem no mez de fevereiro ultimo foram reguladas as reformas, que lhes haviam sido conferidas.

Tenentes coroneis, com 40\$000 réis, os majores, João Carlos Arbúes Moreira, reformado pela ordem do exercito n.º 3, de 27 de janeiro ultimo; e Joaquim de Faria, e Joaquim Maria Baptista, reformados pela ordem do exercito n.º 14, de 24 de dezembro do anno proximo passado; major, com 38\$000 réis, o capitão Bernardino Antonio de Almeida, reformado pela ordem do exercito n.º 3, de 27 de janeiro ultimo.

Sua Magestade El-Rei manda recomendar aos commandantes dos corpos do exercito, que declararem sempre, nos mappaes A e B, do resultado da inspecção da junta militar de saude feita ás praças de pret, se a molestia que as impossibilitou de continuarem no serviço, foi, ou não, adquirida no serviço, e por effeito do mesmo serviço; a fim de que possa ser convenientemente applicada a disposição do artigo 2.º da carta de lei de 17 de julho de 1855.

Recommenda-se que nos corpos do exercito os respectivos commandantes façam empregar a pre-

cisa actividade na conveniente instrucção referida á limpeza e conservação do correame e armamento, segundo os methodos prescritos nas instrucções distribuidas aos mesmos corpos em 1857.

Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo declarados

Em sessão de 3 do mez proximo passado:

Alferes do regimento de cavallaria n.º 4, Thomé Vidal Salgado, vinte dias para se tratar.

Em sessão de 16 do dito mez:

Alferes do batalhão de caçadores n.º 5, Manuel Maria Portugal, quarenta dias para continuar a tratar-se.

Alferes do regimento de infantaria n.º 6, José Maria de Sousa Pimentel, quarenta dias para continuar a tratar-se.

Alferes do regimento de infantaria n.º 7, Joaquim Antonio da Matta e Silva, trinta dias para convalescer.

Em sessão de 25 do dito mez:

Alferes do regimento de infantaria n.º 9, Carlos Augusto Teixeira Pinto, quarenta dias para se tratar e convalescer.

Em sessão do 1.º do corrente mez:

Alferes do regimento de cavallaria n.º 8, Bartholomeu de Oliveira Leitão, quarenta e cinco dias a começar do dia 7 do corrente mez, para continuar a convalescer com ares de campo.

Declara-se o seguinte:

1.º Que cirurgião ajudante do regimento de cavallaria n.º 4, Luiz Miguel Dias, a quem pela ordem do exercito n.º 14 de 24 de dezembro ultimo se applicaram as vantagens concedidas pela carta de lei de 16 de abril de 1859, tem direito a ellas desde o dia 26 de novembro do mesmo anno inclusivo.

2.º Que o capitão do regimento de cavallaria n.º 7, Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcellos, foi gozoso sete dias da licença registada que lhe foi concedida pela ordem do exercito n.º 5 d'este anno.

Foram confirmadas as licenças registadas que os commandantes da 1.ª, 3.ª, 5.ª e 7.ª divisões militares, participaram ter concedido aos officiaes abaixo mencionados, na conformidade das instrucções inseridas na ordem do exercito n.º 20 de 18 de julho de 1857.

Alferes do regimento de infantaria n.º 2, D. Antonio Maria de Mello, sessenta dias.

Alferes do regimento de infantaria n.º 13, Joaquim Lopes Guimarães, sessenta dias.

Alferes do batalhão de caçadores n.º 9, Luiz Pinto de Mesquita Carvalho, sessenta dias, a contar de 3 do corrente.

Alferes do regimento de infantaria n.º 2, D. Antonio Maria de Mello, sessenta dias.

Alferes do regimento de infantaria n.º 13, Joaquim Lopes Guimarães, sessenta dias.

Alferes do batalhão de infantaria em inactividade temporaria, Francisco Claudio Xavier, dez dias, Duque da Terceira.

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

N.º 15

Repartição do chefe do estado maior da marinha, 6 de fevereiro de 1860

ORDEN DA ARMADA

S. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar manda publicar o seguinte:

Por decretos de 24 de janeiro proximo passado

Reformados na conformidade do alvará de 16 de dezembro de 1790, o 1.º tenente da armada, Antonio Maria de Campos; e o 2.º tenente da extincta brigada da marinha, Domingos José Mendes; que se achavam addidos ao corpo de veteranos, e por terem sido julgados incapazes de todo o serviço pela junta de saude naval.

Portaria de 27

Autorisando o 2.º tenente da armada, João de Carvalho Ribeiro Vianna, ajudante do chefe d'estado maior da marinha, a assignar o expediente ordinario da mesma repartição, em quanto o governo não obter a competente authorisação das camaras, para que o referido chefe do estado maior possa continuar a exercer as funções conjuntamente com as de deputado das cortes.

Officios de 27

Permittindo que o alferes despachado para o estado da India, Ricardo Adolfo Mass S. Maurice, se conserve no deposito em Mafra, até ser avisado para reunir á companhia de Damão, a que pertence.

Determinando que o inspector das machinas do arsenal da marinha, João Northon, continue a usar o mesmo uniforme, que até ao presente tem usado, com as modificações de que trata o artigo 10.º do decreto de 18 de junho de 1856.

Portaria de 28

Nomeando o alumno de 2.ª classe da escola de construcção naval, Ernesto Augusto da Silva Cordeiro, para servir nas embarcações da provincia de Moçambique, com a consideração de guarda ma-

rinha, sem que por isso possa pertencer ao respectivo quadro, e com a clausula expressa de seguir viagem para aquella provincia, na primeira embarcação que para ali se destinara.

Portaria de 30

Determinando que os interpretes do navio do registro do porto tenham o vencimento mensal de 9\$600 réis, e a competente razão; e que usem do mesmo uniforme que está estabelecido para os guardas de numero da armada, com a differença por rém, que a ancora que estes trazem no braço esquerdo deverá ser bordada sobre panno azul claro.

Portarias de 31

Autorisando o conselheiro intendente da marinha na cidade do Porto a nomear Francisco de Almeida Maia, para coadjuvar como delegado, em Ovar, o chefe do quarto districto da sua jurisdição, na intelligencia de que ao mesmo delegado se abonará por aquelle serviço, unicamente durante os trabalhos do processo do recrutamento marítimo, o equivalente ao soldo de primeiro marinheiro do respectivo corpo.

CORPO DE MARINHEIROS DA ARMADA REAL

Subalternos da companhia do deposito, para commandar a secção dos pagens, o 2.º tenente da armada, subalterno da decaima companhia, Francisco Xavier Libanio dos Santos Pereira.

Officio de 3 do corrente

Ordenando que por esta repartição se empreguem todos os meios possiveis, na parte que lhe tocar, para a plena execução do decreto de 20 de junho do anno proximo passado, que determina, que desde o 1.º de março proximo futuro as antigas medidas lineares sejam substituidas nas provincias pelo metro, como já o foram em Lisboa desde o 1.º de janeiro do corrente anno.

Officio de 6

Participando que por portaria d'esta data passaram a ser addidos ao corpo de veteranos de marinha, na qualidade de enfermeiros de 1.ª classe, com os vencimentos marcados nos artigos 12.º e 14.º da carta de lei de 28 de agosto de 1848, os enfermeiros navaes, José Joaquim de Sousa, e Gregorio José da Silva.

Declara-se o seguinte:

Em 19 de janeiro proximo passado

Desembarcado da corveta a vapor *Bartholomeu Dias* o aspirante da 3.ª direcção da secretaria da marinha, Luiz do Valle Portugal, e recolheu a este navio, a que pertence, o aspirante da mesma direcção, João Antonio de Mesquita Cardoso, por ter regressado de Inglaterra, onde se achava em uma commissão de serviço.

Em 24

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859

DISTRITO	CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS		TOTAL
			Vara	Covado	
Belmonte		Caria	2	2	2
		Inguineas	1	1	1
		Maçanillas	4	4	4
		Santiago	1	1	1
		Alcázar	5	5	5
		Cobaltes de Cima	44	4	44
		Escallos de Baixo	1	1	1
		Escallos de Cima	5	5	1
		Lousa	2	2	2
		Malpica	3	3	3
Castello Branco		Monforte	33	33	2
		Sarzedas	24	24	17
		Sé	1	1	1
		Aldeia do Mato	1	1	1
		Barco	9	9	9
		Cebola	2	2	2
		Conceição	7	3	7
		Domingos	1	1	1
		Ferro	1	6	3
		Orcaes	3	3	3
Cortá (a)		Omondo	1	1	1
		Paul	2	2	2
		Santa Maria	29	29	82
		S. Martinho	13	1	17
		S. Pedro	34	8	46
		Sobral	12	11	3
		Telxoso	6	7	4
		Fortesendo	1	1	1
		Unhas	1	1	1
		Verdelhos	11	9	2
Covilhã		Alcázar	1	1	1
		Alcázar	1	1	1
		Aldeia Nova	1	1	1
		Alpedrinha	1	5	5
		Barroca	3	3	3
		Capinha	1	1	1
		Castellejo	5	5	5
		Donnas	1	1	1
		Escarigo	1	1	1
		Fundão	8	10	10
Fundão		Lavacinhos	7	7	3
		Orca	3	3	1
		Salgueiro	2	2	2
		Silvares	4	4	4
		Soalheira	7	7	7
		Souto da Casa	1	1	1
		Telhado	4	4	3
		Valle de Prazeres	1	1	1
		Castello Novo	3	3	3
		Alcázar	3	3	3
Castello Branco		Alcázar	5	8	8
		Alcázar	1	1	1
		Idanha a Nova	1	1	1
		Idanha a Velha	3	3	3
		Ladoeiro	3	3	3
		Medellin	6	6	6
		Moncanto	6	2	3
		Paula Garcia	2	2	2
		Proença a Velha	2	1	1
		Romaninhall	2	2	2
Idanha a Nova		Salvadora do Extremo	5	9	9
		S. Miguel	3	3	3
		Segura	2	2	2
		Zebreira	4	4	4
		Alvares	1	1	1
		Amieira	1	1	1
		Cambas	1	1	1
		Estreito	1	1	1
		Isma	1	1	1
		Madeira	1	1	1
Oleiros		Mosteiro	4	4	4
		Oleiros	4	4	4
		Saradadas	1	1	1
		Sobral	1	1	1
		Villar Barroso	1	1	1
		Aguaes	6	6	2
		Alcázar do Bispo	8	8	3
		Alcázar de João Paes	7	5	4
		Aranhas	9	9	8
		Bemposta	7	6	2
Penamacor		Benquerencia	2	2	2
		Meimã	1	1	1
		Meimã	1	1	1
		Pedregão	9	7	6
		Penamacor	16	16	6
		Salvador	5	5	2
		Valle de Lobo	7	7	7
		Proença a Nova	5	5	5
		Peral	7	7	7
		S. Pedro do Esteval	11	11	6
Proença a Nova		Sobreira Formosa	6	6	6
		Amendoa	4	4	1
		Cargidos	10	10	3
		Fundada	14	14	7
		Nossa Senhora da Conceição	14	14	7
		Pezas	6	6	4
		Fratel	4	4	4
		Saradadas	2	3	3
		Villa Velha do Rodão	3	3	3
		Total das medidas lineares	887		

(a) As camaras municipais d'estes concelhos ainda não enviaram os mappas que por esta inspecção geral lhes foram pedidos.

Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 17 de fevereiro de 1860.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradeso da Silveira.

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859

DISTRITO	CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS		TOTAL
			Vara	Covado	
Alandroal		Capelins	1	1	1
		Conceição	4	5	5
		Lousa	1	1	1
		S. Pedro	1	1	1
		Igrejinha	6	6	2
		Matriz de Arrayollos	16	16	10
		Matriz do Vimieiro	5	5	5
		Santa Anna do Campo	1	1	1
		Santa Justa	1	1	1
		S. Gregorio	1	1	1
Arrayollos		S. Pedro da Gafanheira	7	7	7
		Matriz	5	5	5
		S. Bartholomeu	5	5	5
		S. Thiago	2	2	2
		Santo André	31	56	66
		S. Bento do Cortiço	1	1	1
		S. Pedro	3	3	3
		Nossa Senhora de Machede	3	2	2
		Santo Antão	41	41	41
		S. Bartholomeu do Matto	3	3	3
Borba		S. Mamede	9	9	9
		S. Mauricio	4	4	4
		S. Miguel de Machede	4	4	4
		S. Pedro	5	5	5
		Sé	2	2	2
		Matriz de Montemor	13	13	11
		Nossa Senhora da Assumpção de Lavre	5	5	5
		Nossa Senhora das Brotas	1	1	1
		Nossa Senhora da Graça	4	4	4
		Santo Antonio	10	10	10
Evora		S. Paulo de Pavia	4	4	4
		S. Thiago do Castello	10	10	9
		S. Thiago do Escorial	6	6	5
		Portel	39	16	39
		Redondo	4	4	4
		Montouto	1	1	1
		Nossa Senhora da Caridade	1	1	1
		Nossa Senhora da Luz	9	9	9
		Nossa Senhora das Candeias de Mourão	35	31	32
		Santo Antonio de Reguengos	3	3	3
Regu. de Monsarás		Santa Maria de Monsarás	2	4	4
		S. Braz da Granja	3	3	3
		S. Marcos do Campo	3	3	3
		S. Pedro do Corval	12	12	12
		Benestel	1	1	1
		Nossa Senhora da Conceição	2	2	2
		S. Bartholomeu	9	9	9
		Total das medidas lineares	672		

(a) As camaras municipais d'estes concelhos ainda não enviaram os mappas que, por esta inspecção geral, lhes foram pedidos.

Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 17 de fevereiro de 1860.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradeso da Silveira.

Está conforme.—Repartição central do ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 25 de fevereiro de 1860.—Ernesto de Faria.

EDITAL

O conselho de saude publica do reino faz saber que é considerada inficionada de cholera morbus a ilha Maurícia.

Lisboa, 14 de março de 1860.—O fiscal, dr. Marcellino Craveiro da Silva.

SETIMA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 23 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto da referida divisão, e as forragens para os cavallos dos regimentos de cavallaria desde o 1.º de abril até 30 de junho do presente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diario do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações consignadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão militar, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pretenderem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para os cavallos dos corpos de cavallaria, existentes na mesma divisão, a comparecerem na secretaria d'este quartel general no dia 24 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para entrarem em licitação; na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no regulamento para a organização da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principiarem o fornecimento tanto para os potros, como para os cavallos velhos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general em Estremoz, 9 de março de 1860.—Conde do Bonfim, José, chefe do estado maior da 7.ª divisão militar.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz publico que no dia 16 do corrente, e em diante, se venderá na abegoria da limpeza da cidade a lama e lixo a preço de 450 réis por tonelada, posto a bordo das embarcações: as pessoas a quem convier a dita compra devem dirigir-se ao escriptorio do mencionado estabelecimento na rua da Boa Vista.

A camara municipal de Lisboa faz saber que no dia 19 do corrente ha de dar de arrematação em hasta publica a obra nova e concertos das ferramentas para as calçadas e obras da mesma camara: as pessoas a quem convier fazer o dito fornecimento podem comparecer nos paços do concelho no referido dia, pela uma hora da tarde, onde acharão presentes as condições, e será adjudicada a arrematação a quem por menor preço o fizer, e se assim convier a vereação.

Camara, 13 de março de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pertencentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessários.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues do Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado no dia 18 de fevereiro a arrematação dos objectos de drogaria necessários para consumo do arsenal da marinha, de novo ha de contratar em hasta publica o conselho de administração de marinha, na sala das suas sessões, no dia 16 do corrente, pelo meio dia, o fornecimento dos sobreditos artigos, pelo tempo que se convenienar.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE COIMBRA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Coimbra, no mez de fevereiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE COIMBRA						
De posta interna	86	—	6	—	—	—
Do reino e ilhas	13829	2059	197	263	1940	31
De Hespanha	—	—	15	18	—	—
D'alem dos Pyreneos	—	—	23	226	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	16	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	13	25	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	2	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	127	9	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	15525	9109	624	106	1861	22
Para Hespanha	—	—	61	14	—	—
Para alem dos Pyreneos	27	1	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	2	6	—	—
Para o Brazil, por navios	42	92	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	148	132	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	2	—	—	—	—	—
	29659	11593	1089	667	3801	53
No mez de fevereiro de 1859 o movimento da correspondencia foi	30179	13798	1211	734	4099	57

Segundo dispoe o novo regulamento postal, as 6 cartas de posta interna, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueadas com o sello de 25 réis. Também existem por entregar 2 cartas e 2 periodicos sellados, por não terem direcção.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Coimbra, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Coimbra, em 29 de fevereiro de 1860.—O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRITO DE LISBOA

BAIRRO DE ALFAMA
Relação das annuações de contribuição predial, effectuadas n'este bairro, com referencia ao 2.º semestre de 1859

1.ª Secção	
Alvaro Augusto Saraiva do Valle Abrantes—por ter tido devoluto e em obras varios quartos dos seus predios na freguezia de S. Thiago	6681
Angela Michaela das Neves—por terem ficado devoluto diversos quartos do seu predio na rua das Escolas Geras n.º 9 e 10	1878
Antonio Alves—por ter estado devoluto	

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica o fornecimento de pão e bolacha necessários, pelo tempo que se convenienar, para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de proceder em praça publica, na sala das

Joaquim Mendes da Fonseca—por ter ficado devoluto a loja n.º 68 do seu predio na rua da Bella Vista.....	18060	Antonia do Carmo—por ter sido arre-matado por Dionysio Correia o seu predio na rua dos Remedios n.º 14.....	48775	Leocadia de Jesus—por ter ficado devo-luto parte do seu predio na travessa do Callado n.º 1 a 5.....	18253	6.º Da camara municipal de Vieira, fazendo algumas considerações sobre a directriz da estrada de Braga a Chaves. —A mesma comissão.	
Joaquima Barbara (D.)—por terem estado devoluto tres divisões do seu predio no largo do Contador n.º 7.....	18735	Antonio José da Mota—por divisão dos predios que se achavam averbados n.º este nome.....	248620	Luiz José Pinto Camello—por terem estado devoluto dois quartos do seu predio na travessa do Carro do Hospital n.º 22.....	18155	Deu-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:	
José Antonio Mendes—por terem ficado devoluto alguns quartos dos seus predios na freguezia de Santo André.....	38472	Antonio Pedro Barreto de Saldanha—por ter abastido e achar-se em ruínas o seu predio na rua da Judiaria n.º 10.....	28938	Manoel Joaquim da Silva—por terem sido demolidos os predios que possuia na Carreira do Socorro e rua de S. Vicente.....	148884	1.º Requerio que o governo remetta a esta camara copia dos decretos ou quaquers diplomas que conferissem a João Mousinho da Silveira quaquers funções diplomaticas, consulares ou financeiras em Paris, e bem assim dos decretos ou determinações que d'ellas o demittiram. —Moraes Carvalho.	
José Antonio Pinto Esteves Costa—por se achar em ruínas e deshabitado todo o seu predio na calçada de Santo Estevão.....	38327	Bartholomeu Geraes Barbas—por se achar em reedificação o predio que possuia na freguezia de S. Thomé.....	8240	Manoel José Pereira—por ter ficado devoluto o 2.º andar do seu predio na rua direita dos Anjos n.º 322 e 323.....	8867	2.º Renovo, e faço meu, com toda a urgencia, o requerimento feito na sessão de 14 de fevereiro ultimo pelo meu illustre collega o sr. D. Rodrigo de Menezes, para que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório da comissão de inquerito ás sementeiras de arroz, nomeada por uma resolução da camara transacta, e bem assim toda a correspondencia da referida comissão com o governo a este respeito. —Augusto Zeferino Rodrigues, deputado pelo circulo de Cadaval.	
José Filipe de Barros—por terem estado devoluto varias divisões dos predios, que possuia n.º esta secção.....	28096	Carolina Joaquina Coelho—por estar demolido o seu predio na rua do Jardim do Tabaco.....	38618	Manoel Rodrigues Esteves—por terem estado devoluto varias divisões dos seus predios na rua direita de Arroyos.....	48827	3.º Requerio que se peça ao sr. ministro da fazenda que envie a esta camara, não havendo inconveniente, uma relação de todos os donatarios da coroa, perpetuos ou temporarios, que têm satisfeito a disposição do artigo 20.º da carta de lei de 22 de junho de 1846. —Hermenegildo Augusto de Faria Blanc, deputado por Alcobaca.	
José Francisco de Oliveira—por terem ficado devoluto algumas divisões dos seus predios no alto da Bella Vista.....	38472	Conde de Thomar (ex.º) —por se achar em ruínas e deshabitado o seu predio da rua de S. Vicente.....	148377	Marianna Rosa de Jesus e Almeida (D.) —por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio na rua dos Anjos n.º 238.....	28615	4.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara os dois relatórios que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José Germano Coelho Ferreira—por terem estado devoluto durante todo o anno duas lojas do predio na rua do Recolhimento.....	48195	Francisco Correia de Amorim e Castro—por ter vendido e achar-se em reedificação o seu predio na rua dos Lagares.....	48821	Martha Roza de Santa Anna Chuva (D.) —por ter estado devoluto o 1.º andar do seu predio na rua de Santa Barbara n.º 18.....	8751	5.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José Lourenço de Araújo Guimarães—por terem ficado devoluto algumas divisões do seu predio na rua do Terreiro n.º 21.....	68077	Francisco Maria Cabral de Aquino—por ter ficado devoluto todo o seu predio na rua da Oliveira n.º 15.....	38763	Mathilde Rozalina de Mello Coutinho (D.) —por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio na rua dos Cannos n.º 8 e 9.....	18880	6.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José Maria Eugénio de Almeida—por terem estado devoluto alguns quartos dos predios, que possuia n.º esta secção.....	148256	Francisco da Silva Pinto—por ter estado devoluto todo o seu predio na calçada da Figueira n.º 10 a 12.....	18326	Miguel José Gomes Monteiro—por ter estado devoluto e em obras parte do seu predio na rua direita da Graça n.º 73.....	18735	7.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José Ribeiro da Silva—por ter ficado devoluto o em obras todo o seu predio na rua do Sol á Graça n.º 54.....	58268	João José Carmona Lobo (D.) —por se achar em obras a propriedade na travessa da Veronica n.º 70 a 73.....	58307	Rita de Jesus de Figueiredo Soares—por ter ficado devoluto a agualfada do seu predio na rua de S. Vicente á Guia n.º 25.....	18735	8.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José de Santa Rita Marques—por ter estado devoluto o 1.º andar do seu predio no beco dos Clerigos n.º 41.....	8191	João da Luz Martins Dias—por ter passado a Francisco Manoel dos Anjos o predio na calçada de Santo Estevão n.º 1.....	18446	Thomás de Aguiar Rito—por ter tido devoluto alguns quartos dos predios que possuia na freguezia do Socorro.....	18617	9.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
José de Santa Rita Vieira—por ter tido devoluto o 1.º andar do seu predio na rua do Caes dos Soldados n.º 51.....	18307	João Mendes da Fonseca—por ter sido reedificado o seu predio na rua da Bella Vista n.º 68.....	68296	Verissimo José Chamusca—por ter ficado devoluto e em obras todo o seu predio na rua da Bella Vista n.º 26.....	18563	10.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Juliana Teixeira Daitrey (D.) —por ter ficado devoluto a loja n.º 42 do seu predio na rua da Adica.....	8576	João Sabino Mascarenhas—por se achar lançado em seu nome um predio que pertence a Antonio Maria Lago.....	58476	Antonio Baptista Martins—por se achar em completa ruína o seu predio na rua das Barracas n.º 49 e 50.....	8940	11.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Lucia Josephina de Barros e Luz (D.) —por terem estado devoluto varios divisões dos predios, que possuia nas freguezias de S. Lourenço e S. Christovão.....	58535	José Antonio dos Santos Teixeira—por se achar em reedificação o predio que possuia na freguezia de S. Thomé.....	28027	Antonio Joaquim—por ter deixado de ser rendeiro da horta na rua da Bombarda n.º 27.....	8185	12.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Luciano Augusto Maximo—por ter tido devoluto o 1.º andar do seu predio na rua da Rigueira n.º 42 e 43.....	8312	José Maria de Sousa Couceiro—por se acharem em ruínas as suas barracas no largo do Paraíso n.º 51 e 52.....	18737	Antonio Joaquim da Costa—por ter vendido a Bernardino José Luiz o predio que possuia na rua das Barracas.....	18519	13.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Luiz Antonio Dias da Rocha—por ter estado em obras todo o predio na rua de S. Thomé n.º 1 durante quatro mezes.....	18031	Lazaro José da Silva—por se achar em ruínas todo o seu predio na rua da Rigueira n.º 77 e 78.....	8577	Antonio Maria de Mesquita—por divisão dos predios que se achavam lançados em seu nome.....	148376	14.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Luiz Carlos Simões Rousado—por terem ficado devoluto varias divisões do seu predio na travessa da Veronica n.º 21.....	68042	Manoel Joaquim dos Santos—por divisão dos predios que se achavam inscriptos n.º este nome.....	148376	Carla Joaquina—por passarem a Antonio Joaquim de Seixas Borges e a Januario Nunes Collares os predios que possuia.....	8722	15.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Luiz José Frade da Almeida—por terem estado devoluto varias divisões do seu predio na calçada de S. Lourenço.....	38653	Maria Amalia Carolina (D.) —por se achar em ruínas todo o seu predio no beco do Forno n.º 12 e 13.....	8722	Custodio José Nunes—por ter vendido a Joaquim de Abreu Ferrugento a sua quinta na estrada da Penha.....	118005	16.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Luiz Martins—por terem ficado devoluto alguns quartos do seu predio na rua de S. Lourenço n.º 20.....	18217	Maria Ignacia (D.) —por ter ficado devoluto todo o seu predio na rua da Adica n.º 32 e 33.....	28170	Francisco José Gonçalves—por ter vendido a Nuno Antonio de Jesus e estar devoluto o predio da travessa do Monte n.º 17.....	28387	17.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Manoel Antonio Alves Costa—por ter tido devoluto durante alguns mezes diversos quartos do seu predio na rua dos Remedios.....	18493	Maria José do Livramento Santos (D.) —por divisão dos predios que andavam lançados em seu nome.....	268303	Herdeiros de João Antonio Fernandes—por divisão dos predios que andavam inscriptos n.º este nome.....	268043	18.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Manoel Coelho Bastos—por terem ficado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	28313	Maria Josepha da Silva Moreira (D.) —por ter vendido o predio que possuia na freguezia de Santa Engracia.....	48173	João Manuel de Araújo Santos—por ter sido reedificado o seu predio na rua da Oliveira.....	158578	19.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Manoel Joaquim de Mesquita—por terem estado devoluto duas divisões do seu predio no largo de Santos Novos n.º 14.....	8721	Misericordia de Lisboa—pela falta de rendimento dos armazens a Santa Apollonia, hoje do caminho de ferro de leste.....	688655	Joaquim Guilherme da Costa Neves—por ter vendido a D. Guilhermina da Assenção Cordeiro o predio na rua da Bemposta n.º 85.....	68404	20.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Manoel José Pereira—por ter tido devoluto varios quartos dos seus predios na travessa da Veronica n.º 62 e travessa do Rosario n.º 39.....	48824	Anna Maria Lupi de Carvalho (D.) —por terem ficado devoluto parte do seu predio na rua direita da Graça n.º 116 e 117.....	18155	José Maria de Lima Mocho—por ter sido reedificado o seu predio na rua direita dos Anjos.....	118870	21.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Manoel Valente—por ter ficado devoluto a loja n.º 101 do seu predio na calçada dos Barbadinhos.....	8360	Antonio Firmo Alves da Silva—por terem estado devoluto o 2.º e 3.º andares do seu predio na rua dos Cannos n.º 18.....	18903	José Nicolau da Silveira Monjardim—por ter sido reedificado o seu predio na rua da Bombarda.....	88629	22.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Margalo José Pereira—por terem estado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	48955	Antonio José de Sousa Pinto Junior—por terem ficado devoluto dois andares e uma loja do seu predio na rua dos Anjos n.º 242.....	38346	Manoel José Forte—por terem estado devoluto e em obras o seu predio na calçada do Forno do Tijolo n.º 36.....	48255	23.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Maria Amalia Moniz da Maia e Mello—por terem ficado devoluto o 2.º andar do seu predio na rua da Cruz do Mau n.º 34.....	18012	Antonio Liberato da Silva—por terem ficado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	28810	Maria da Conceição de Moura (D.) —por ter vendido a Januario Martins Ferreira o predio na rua da Penha de França n.º 60.....	48197	24.º Requerio que o governo, pelo ministerio do reino, remetta a esta camara o relatório que recebeu da comissão nomeada em Braga, para propor a reforma do seminario de S. Caetano, e que tratam tambem da administração dos santuarios e residuos de Braga. —D. Rodrigo José de Menezes, deputado por Villa Nova de Famalicão.	
Maria do Carmo Sá e Santos (D.) —por terem ficado devoluto o 2.º andar do seu predio na rua do Sol á Graça n.º 65.....	18735	Candido Albino da Silva Pereira e Comp.ª —por terem estado devoluto o 2.º andar do seu predio na rua de S. Lazaro n.º 20.....	48000				
Maria do Carmo Vidal da Gans (D.) —por terem ficado devoluto o 1.º andar do seu predio na rua de S. Thomé n.º 59.....	28893	Carlos Zeferino Pinto Coelho—por terem ficado devoluto durante cinco mezes a agualfada do seu predio na rua da Mouraria n.º 84.....	8721				
Maria Isabel de Noronha Alves (D.) —por terem ficado devoluto varios quartos dos seus predios na freguezia de S. Thiago.....	28213	Carla Maria—por terem estado devoluto e em obras o predio na rua direita de Arroios n.º 22.....	28096				
Maria José do Livramento Santos (D.) —por terem ficado devoluto algumas divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	18591	Conde de Peniche (ex.º) —por terem ficado devoluto e em obras o seu palacio na rua de S. Lazaro n.º 130.....	128062				
Maria do Nascimento—por terem estado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	98371	Domingos José de Azevedo Bortons—por terem ficado devoluto varias divisões dos predios que possuia na freguezia do Socorro.....	28425				
Marianna Barbosa de Miranda (D.) —por terem ficado devoluto dois andares do seu predio na rua de S. João da Praça n.º 54.....	38183	Felix José da Silva—por terem estado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	18880				
Marquez de Ficalho (ex.º) —por terem ficado devoluto tres lojas dos seus predios na rua das Escolas Geraes.....	18329	Francisco Baptista Lisboa—por terem ficado devoluto o 3.º andar do seu predio na rua dos Anjos n.º 224.....	18445				
Marquez de Fronteira (ex.º) —por terem ficado devoluto varias divisões dos seus predios na freguezia de S. João da Praça.....	128422	Francisco de Borja Pereira—por terem ficado devoluto em consequencia de incendio o seu predio no beco da Amoreira.....	38183				
Miguel Duarte Ferreira—por terem ficado devoluto a loja n.º 12 do seu predio na rua de S. Thomé.....	8861	Francisco Bruno—por terem estado devoluto o 1.º andar do seu predio na rua dos Anjos n.º 172.....	8721				
Pedro Joaquim Veridiano de Mello—por terem ficado devoluto dois quartos do seu predio na rua do Espírito Santo n.º 22.....	8601	Francisco Pinto Teixeira Chaves—por terem ficado devoluto todo o seu predio na rua direita de Arroyos n.º 77 e 78.....	18445				
Pedro Maria Telles de Mello Malheiros—por terem ficado devoluto o andar nobre do seu palacio no largo das Portas da Cruz.....	78236	Herdeiros de Rita Joaquina da Fonseca—por se acharem em ruínas e devoluto os dois predios na travessa do Forno n.º 32 e 34.....	18128				
Perpetua Felicidade Leal (D.) —por terem ficado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	18335	Isabel Augusta Ferraz de Novas e Menezes—por terem ficado devoluto algumas divisões do seu predio na rua direita de Arroyos n.º 91.....	18107				
Religiosas carmelitas descalças—por terem ficado devoluto dois andares do seu predio no beco da Cardoso n.º 36.....	8867	João de Castello Branco (D.) —por terem estado devoluto varias divisões dos predios que possuia na freguezia dos Anjos.....	18591				
Sebastião Francisco Paçcão—por terem estado devoluto duas divisões do seu predio na calçada das Lages n.º 1.....	18012	João Gonçalves Dias Neiva—por terem ficado devoluto a loja n.º 49 do seu predio na rua do Arco da Graça.....	8433				
Therese Jeronyma Barreiros (D.) —por terem ficado devoluto a loja n.º 58 do seu predio na rua do Salvador.....	38109	José Antonio Branco—por terem estado devoluto durante tres mezes dois andares do seu predio na calçada de Santo André.....	8210				
Therese Mariz de Jesus Pinheiro (D.) —por terem ficado devoluto dois quartos do seu predio na rua de S. Thiago n.º 27.....	18155	José Antonio Rodrigues—por terem ficado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º este bairro.....	18717				
Thomazia Joaquina—por terem ficado devoluto o 2.º andar do seu predio na rua do Vigário n.º 17 e 18.....	8312	José Filipe de Barros—por terem estado devoluto dois andares do seu predio na calçada do Monte n.º 41.....	18745				
Thomazia Rodrigues—por terem ficado devoluto varios quartos do seu predio na rua das Farinhas n.º 15.....	38109	Joseph Joaquina Lucia de Lima (D.) —por terem ficado devoluto dois quartos dos seus predios na rua de João do Oniteiro.....	8895				
Venancio Antonio do Lago Sarmiento—por terem ficado devoluto todo o seu predio no beco da Cardoso n.º 21 e 22.....	18727	Julia Amelia dos Santos Carvalho (D.) —por terem estado devoluto o 2.º andar do predio na rua do Pajo do Bem Formoso n.º 90.....	18155				
Vicente Ferrer de Molina—por terem estado devoluto uma loja do seu predio na travessa da Veronica n.º 38.....	8649						
Visconde de Benagazil—por terem ficado devoluto a loja n.º 8 do seu predio na rua Nova de S. Mamede.....	28893						
Vivian Chaves e Filhos—por terem estado devoluto varias divisões dos predios que possuia n.º esta secção.....	288777						

que é essa a base da conservação do nosso padroado ali. A christandade do oriente tem, pelo seu archiepiscopo de Goa, tanto respeito, tanta veneração e tanta dedicação, como nós temos pelo summo pontífice. Além d'isto o mesmo sr. archiepiscopo ha de ser o centro de tudo quanto temos a fazer em execução da concordata.

É também de absoluta necessidade que o governo empregue os meios para que o sr. bispo de Macau vá para a sua diocese. Elle saiu de Macau com licença; não sabe se já acabou e se lhe foi renovada; mas é necessário que se recolha ao seu bispado. Sabe a causa porque elle saiu de Macau, mas essa causa já acabou, e não ha razão alguma para se conservar fóra do seu bispado, onde tem obrigação de viver por direito divino, e ninguém o pôde dispensar d'isso, senão nos casos marcados em direito. Pede por isso ao governo que empregue os meios ao seu alcance, porque os tem, para que o sr. bispo de Macau recolha ao seu bispado.

Julga também de absoluta necessidade a nomeação do commissario regio, que tem de fazer a circumscripção dos limites com o commissario romano. Se isto se não fizer quanto antes, e a santa se não confirmar o sr. archiepiscopo, passado o periodo da concordata, hão de nos vir d'ahi gravissimos inconvenientes. E por conseguinte indispensavel nomear immediatamente o commissario regio, e obter da santa se que nomeie o seu, e que se trate quanto antes da circumscripção dos bispados.

Outro objecto importantissimo, que bastará enunciar para a camara comprehender a sua gravidade, é que pela concordata ficam na posse dos missionarios da propaganda muitas igrejas da India ingleza pertencentes ao real padroado, e ficam lá até se fazer a circumscripção dos limites dados aos nossos bispados, e então tomarem os nossos padres conta d'essas igrejas; mas estipulou-se que houvesse inventario dos bens moveis, de raiz, alfaias preciosas, em uma palavra, de tudo que pertence a essas igrejas, para, quando forem restituídas aos padres portuguezes, se lhes entregarem. Já se vê que esses inventarios são de alta importancia, e que se deve proceder a elles quanto antes, senão esses bens podem desaparecer. E por conseguinte necessário que o commissario que for encarregado da circumscripção dos limites, seja também encarregado de proceder a estes inventarios.

Aproveita a palavra para tratar ainda de outro objecto também importante, que prende com um artigo que lei, inserto no *Nacional* do Porto de 12 de março.

O sr. ministro da justiça, dois dias depois que subiu ao poder, interpellado por elle, orador, disse que havia de cumprir o decreto, que o ministerio passado publicara, relativo ás irmãs da caridade, prohibindo a entrada de mais no paiz. Vivia na boa fé, descansado á sombra d'esta promessa do sr. ministro, e entendia que não tinham entrado mais irmãs, nem mesmo sabe se tem entrado; mas em vista da leitura que acaba de fazer do artigo a que se referiu, deseja que o sr. ministro informe a camara se têm entrado mais irmãs da caridade, contra a disposição d'aquelle decreto, e contra a promessa formal e solemne de s. ex.ª feita n'esta casa.

Ha mais de dois annos fez um requerimento pedindo documentos a respeito das irmãs da caridade; consignou n'esse requerimento diferentes itens, que entendia que o governo devia attender, para elle, orador, poder regular o seu procedimento. Sabe que o governo então alguns passos dera para obter esses esclarecimentos; mas é certo que até hoje ainda não appareceram; e agora mesmo, se é lícito argumentar do passado para o futuro, começa a desconfiar que também não virão; mas pede licença para continuar n'esta teima, a ver se consegue obter, para por elles poder ajuizar o que é esta introdução das irmãs da caridade francezas; o estado em que se acha esta questão; se estão de posse das nossas casas religiosas; qual é a sua missão n'esta terra; se estão autorisadas pelo governo, etc.; o que se não pôde saber com segurança, por falta dos esclarecimentos necessários, e até hoje tem instado por elles, mas debalde. Parece-lhe que n'esta terra ha um poder occulto superior aos poderes politicos do estado.

O sr. Presidente:—O sr. deputado fez duas indicações, uma dirigida á presidencia, e a outra ao governo; a relativa ao governo, o sr. ministro responderá como entender, mas a relativa á presidencia é a mesa que compete fazer-lo.

O sr. Ferrer:—não fez censura alguma.

O sr. Presidente:—não é censura, mas é um negocio que o sr. deputado julga de expediente regular, e a respeito do qual a mesa tem outra opinião; e que a camara julgará como entender.

O sr. deputado entende que a participação feita pelo governo á camara, mandando os exemplares dos tratados ratificados com a santa sé, devia ser remetida ás commissões diplomatica, ecclesiastica, e de legislação, para essas commissões apreciarem, como entendessem, todo o conjunto d'esta negociação. A presidencia entende que no estado do negocio, nem os precedentes nem a boa razão aconselham este procedimento. O sr. deputado declarou francamente que a concordata e convenção são lei do paiz, e que só nos cumpre executar o que está estipulado; por consequencia não ha assumpto determinado sobre que as commissões tenham de dar parecer. O sr. deputado tem a sua iniciativa livre; e se entende que o governo andou mal, e julga necessário exigir-lhe a responsabilidade, pôde usar da sua iniciativa, e a commissão de infracções, e a nenhuma outra, deve ser mandado o resultado d'essa iniciativa (*apoiados*).

Eis-aqui como a presidencia entende o seu dever n'este ponto. Pôde estar em erro, mas é do seu dever dizer com franqueza e clareza quaes são as idéas de que está possueza (*apoiados*).

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—não ha muitos dias que o illustre deputado annunciou uma interpellação ao governo acerca da questão da concordata, a que elle, sr. ministro, se declarou logo no dia seguinte habilitado a responder, quando a mesa, na distribuição dos trabalhos, entender devesse dar por ordem do dia.

Sendo, assim, de certo o maravilhoso ver o illustre deputado lançar uma censura sobre a maneira porque o governo tinha procedido n'este negocio, sem apresentar as provas da sua asserção; porque, ao passo que disse que a convenção feita ultimamente pelo governo, em cumprimento da lei, era peor do que a primeira, e estava em diametral opposição com tudo quanto elle, orador, havia dito e sustentado na camara, e escripto em um parecer, nenhuma prova apresentou, nem talvez fôss cœta a occasião opportuna.

Ora como responder a uma asserção tal? Com uma affirmativa em contrario. Entende que a negociação foi feita nas melhores condições possiveis; que não piorou; que os principios fundamentais, a respeito dos quaes tinha havido discrepancia, foram mantidos e sustentados; e que tudo quanto se estipulou está em harmonia com as conclusões do parecer do illustre deputado.

Dadas estas explicações á camara, que comprehende que elle, orador, não pôde ir mais adiante, declara ao illustre deputado, que não tem duvida em que a camara sejam presentes as notas trocadas sobre este objecto, porque a negociação está finda; e muita honra tem o governo em haver sustentado os bons principios e os direitos da coroa portugueza. Não lhe parece contudo que fosse condição es-

sencial para o governo cumprir com a obrigação de dar conta ás cortes da autorisação que lhe foi conferida por lei, por quanto tinha cumprido o seu dever, publicando as notas trocadas depois da lei de 27 de julho de 1857 e de 9 de maio de 1859.

Mas não tem duvida nenhuma em mandar os documentos a que s. ex.ª se referiu. E diria mais, já tinha disposto que todos os trabalhos sobre negociação tão importante fossem concluidos e publicados; mas é um trabalho longo, que não pôde ser presente á camara com aquella presteza com que o foi a concordata. Como porém a exigencia do nobre deputado diz respeito á remessa das notas trocadas depois da ultima lei, o governo amanhã ou depois as enviará á camara, que lhe ha de dar o destino que entender, fazendo com que sejam publicadas e distribuidas pelos srs. deputados.

Ora, havendo-se o illustre referido por esta occasião a algumas providencias que julga necessarias desde já, porque os periodos em que certos actos devem ser concluidos são fataes, no conceito do nobre deputado, e restrictos ao prazo de seis annos, observa que estão com effeito estabelecidos esses periodos, mas não como fataes, e que, passados os seis annos, se não estiverem acceitas as condições necessarias e convenientes para garantir ao governo o exercicio do seu direito, ha de pedir-se outro periodo: é este um dos pontos que foi debatido e entendido de uma maneira conveniente á coroa de Portugal.

Além d'isto ainda s. ex.ª recommendou que se procedesse com brevidade ao processo do archiepiscopo de Goa, que se instasse com o bispo de Macau para que regressasse á sua diocese, que se nomeasse o commissario regio que tem de proceder á circumscripção dos limites do padroado juntamente com o commissario romano, e que se processasse aos inventarios.

A respeito da maior parte d'estes pontos já o governo empregou os meios que lhe cumpria e tinha ao seu alcance. E sem poder desde já dar explicações pelo que toca ao bispo de Macau, porque ha da parte d'elle officios para com o governo, e ainda nada está resolvido, assevera que o governo não se tem descurado da nomeação do commissario regio, para a qual o sr. ministro da marinha, que se acha enfermo, indicára pessoa summamente competente, conhecedora da materia, e que tem grandes serviços a este respeito, e bem assim declara que se ha de proceder aos inventarios desde o momento em que chegue de Roma a noticia da ratificação da concordata.

Como o illustre deputado também fallou na colleção de documentos ecclesiasticos que seria conveniente fazer para estudo do direito ecclesiastico portuguez, diz que já em outra occasião manifestou a sua opinião a tal respeito, e declara que pela repartição a seu cargo mandou fazer essa colleção, que já vae adiantada.

No tocante á introdução de mais irmãs da caridade no paiz, quando entrou na administração declarou na camara, por parte do governo, que o governo mantinha as leis em vigor, e respeitava o decreto de 8 de setembro de 1858; está intimamente persuadido de que as leis e os decretos, a que então se referiu, têm sido rigorosamente mantidos.

Ha uma tal ou qual illusão sobre isto, porque se imagina que este negocio corre pela repartição a seu cargo, quando as casas de beneficencia e de educação estão immediatamente affectas ao ministerio do reino. Entretanto elle, orador, conhece o negocio, e sabe que desde o decreto de 3 de setembro não tem augmentado o numero de irmãs da caridade, que o governo tem tomado as medidas convenientes e necessarias para que ellas não possam entrar nos asylos e casas de educação sem previa licença sua.

Se o illustre deputado pediu ha dois annos documentos a este respeito, está claro, que se os não tem recebido, a responsabilidade de uma tal falta não cabe toda ao ministerio actual. Affigura-se-lhe que nenhuma duvida pôde haver na remessa d'elles, e assevera que os remettersa se estivessem na repartição a seu cargo.

Parece-lhe ter por este modo satisfeito ás perguntas do illustre deputado; e como s. ex.ª não abriu discussão sobre nenhum ponto de doutrina, abstém-se de discutir qualquer ponto de doutrina a este respeito.

O sr. Presidente:—passa-se á ordem do dia.

O sr. Ferrer:—pede que se lhe dê a palavra, e se necessário for que se consulte a camara.

O sr. Presidente:—com bastante repugnancia nega a palavra ao sr. deputado, mas não quer que o chamem parcial; por isso não pôde deixar de consultar a camara.

Consultada a camara, decide que se dê a palavra ao sr. Ferrer.

O sr. Ferrer:—agradece á camara a sua benevolencia, a que protesta retribuir roubando-lhe pouco tempo.

O sr. ministro satisfaz ás suas perguntas e ao que desejava saber, porque n'isso ha o grande interesse dos seus constituintes da India; e a camara conhecerá que elle, orador, não fez mais do que cumprir um dever como representante d'aquelles povos. Não fez censura á mesa, nem taxou de irregular o procedimento d'ella; pediu ao sr. presidente que desse destino á concordata e á convenção, remetendo-as áquellas commissões á quem incumbiam.

Como n'esta materia ha duas questões, que distinguem muito bem da primeira vez que fallou, a questão da bondade ou maldade intrinseca da concordata e convenção, e a questão da responsabilidade dos ministros, para se conhecer d'essas questões é que julga necessário que a concordata e a convenção sejam remetidas ás commissões para as estudarem e examinarem.

Podiam ir á commissão de infracções, se algum deputado, usando da sua iniciativa, viesse propor alguma accusação ao governo, mas não se dando esse caso, parece-lhe regular que a mesa remettersa estes documentos ás commissões, a quem dizem respeito, e principalmente depois de o sr. ministro estar prompto a remetter os documentos sobre que recaiu a convenção, que hão de dar uma discussão.

Se a lei diz que o governo dará conta ás cortes do uso que fizer da autorisação que lhe foi conferida, de certo tem em vista o apreciar-se o seu procedimento, e é n'isso que está a questão da responsabilidade.

O sr. ministro respondeu com alguma reserva, relativamente ao bispo de Macau, e obriga-o a ser mais explicito. Desgracadamente os bispos que vão para o ultramar estão lá seis mezes, pedem licença para vir a Lisboa, e no fim renunciam e pedem uma indemnisação. Não entende assim a doutrina canonica. Sabe que ao santo padre é que pertence conceder ou negar as renuncias, mas também sabe que a bulla que se obtém não pôde ter execução sem o beneplacito regio. É por isso que, quando um bispo querendo resignar, vier pedir a renuncia, pede que não se lhe conceda.

Termina, repetindo que requer que a concordata, a convenção e os demais documentos, que o sr. ministro prometteu mandar, sejam remettidos ás commissões competentes, não só para se saber se os srs. ministros andaram bem ou mal, mas porque contendo principios de alta monta, é preciso que se conheçam e não se podem conhecer de outro modo, porque estando esses documentos na secretaria dos negocios estrangeiros, onde elle, orador, os viu, o publico não os vê.

Era sobre isto que provocava ainda uma explicação do sr. ministro.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—quando fallou sobre este objecto disse s. ex.ª, que já se tinha tratado da publicação de todos os documentos a este respeito, tanto anteriores á lei de 27 de julho de 1857, como posteriores; mas os que s. ex.ª exigia desde já na camara, eram os posteriores á lei de 9 de maio de 1859, e manda-os-lhe muito brevemente.

O sr. Presidente:—previne o sr. deputado de que não pôde dar andamento ao seu pedido, sem que mande uma proposta por escripto para a mesa, a qual tem de ser submettida á resolução da camara.

E como a hora está adiantada vae entrar-se na ordem do dia, mas se algum sr. deputado tem a apresentar requerimentos ou a mandar para a mesa alguns papeis, queira fazer-lo.

O sr. Palmeirim (sobre a ordem):—pede que se dê andamento a um requerimento que hontem apresentou e que reputa urgente.

O sr. secretario Mamede:—não se lhe deu andamento por não estar presente o illustre deputado.

Leu-se logo na mesa e é o seguinte:

«Sabendo que o governo, pelo ministerio da guerra, consultára uma commissão militar a respeito da directriz do caminho de ferro de leste, com referencia ao contrato Salamancá, e á defeza do paiz: requiro com urgencia que, a não se dar inconveniente, o mesmo governo remettersa a esta camara a consulta da mesma commissão, a fim de ser impressa e distribuída á camara, por occasião d'ella se occupar do mencionado contrato.» *Palmeirim.*

Manda-se expedir.

O sr. José Esteves (sobre a ordem):—manda também o seguinte requerimento:

«Requiro que o governo seja convidado a remetter, com urgencia, a esta camara

1.ª Uma nota de quanto perdeu o governo na exploração do caminho de ferro de leste, desde que essa exploração correu por sua conta.

2.ª Uma copia do officio do inspector do mesmo caminho, sobre o estado do seu material circulante, ou de parte d'elle, sendo esse officio datado pelo tempo em que a exploração do caminho foi entregue a D. José Salamancá.

3.ª Que materias forneceu mr. Petto para o caminho de ferro de leste, por que preços, e com que ordens.

4.ª Copias das consultas do conselho de obras publicas, sobre o viaducto de Villa Franca.

5.ª Copias das consultas do mesmo conselho, sobre o aterro de Santa Apolonia.

6.ª Qualquer correspondencia de mr. Vatiez sobre a continução do caes começado no mesmo aterro de Santa Apolonia.» *José Esteves.*

Manda-se expedir.

O sr. Lobo d'Avila:—(sobre a ordem) apresenta o seguinte requerimento:

«Requiro que seja enviada a esta camara, e que se imprima, a consulta do ajudante do procurador geral da coroa junto ao ministerio das obras publicas, sobre os estatutos da companhia organizada por D. José Salamancá.» *Lobo d'Avila.*

Manda-se expedir.

O sr. Presidente do conselho de ministros:—(Duque da Terceira) tem estado bastante incommodado, como o tem feito saber á camara, e ainda se não acha completamente estabelecido, e foi devido a isto que mais cedo não apresentou o relatório do ministerio da guerra a seu cargo; dirige-o para a mesa, e pede á camara que o receba sem elle (sr. ministro) o ler. (*Muitos apoiados.*)

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO Nº 12 SOBRE CEREAS

O sr. Calça e Pina:—continuando o seu discurso começou na sessão de hontem, disse que havia pedido a palavra para responder a algumas das observações apresentadas pelo sr. Moraes Soares. Parece-lhe que o illustre deputado não fallou dentro dos limites da discussão, e que os seus argumentos podiam aproveitar melhor se se tratasse da lei permanente sobre a liberdade de commercio de cereas, assim como entende que s. ex.ª apresentou argumentos que, na sua opinião, não podem de modo algum colher em favor do projecto da commissão, projecto que o mesmo illustre deputado quiz sustentar.

Se se tratasse de discutir agora a lei permanente de cereas, o illustre deputado teria muita razão no que disse, mas o projecto que se discute é muito differente: esse projecto de lei permanente ha de apresentar condições diversas, e então talvez elle, orador, se conforme com essa lei permanente. E nem se lhe deve estranhar que hoje limite a quantidade que deve entrar, e amanhã vote a lei permanente, por que, quando se tratar da lei permanente, parece-lhe que será condição essencial d'ella, que medie um grande espaço entre a sua publicação e a sua execução, para que os interessados tenham tempo de se prevenir.

Esta questão reserva-se para a tratar na occasião em que ella vier á tãla da discussão: estimará muito que os argumentos que se apresentarem o convençam da necessidade da liberdade do commercio de cereas, e mais estimaria ainda que essa medida levada a effeito seja uma verdadeira felicidade para a agricultura do paiz. As idéas do sr. Moraes Soares n'este genero tem um fundo de verdade, mas muitas vezes as theorias, levadas á pratica, não correspondem de maneira alguma.

Está em discussão o artigo 1.º do projecto; não se conforma com elle, e as razões que para isso tem são as mesmas que já apresentou quando fallou na generalidade. Não se conforma com o artigo, porque não se fixa quantidade alguma, quando entende que é de absoluta necessidade marcar a quantidade, e porque ainda alem de 30 de junho se consente a entrada de mais cereas, sem attenção á quantidade.

A commissão diz que por agora se não trata mais do que prover ás faltas da ultima colheita, e que se não quer admitir os generos limitadamente; mas se se não trata senão de prover ás faltas da colheita do anno passado, admitido o artigo 1.º com os seus §§, parece-lhe que se não satisfaz aos intuitos e vontade da commissão e até do illustre ministro das obras publicas, que disse que não queria uma entrada de generos tal, que viesse fazer estagnação, e que também não deseja se dê por forma alguma.

Não se conforma igualmente com a parte do artigo que manda ouvir o conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas e os governadores civis, porque está persuadido de que o sr. ministro tem já ouvido as autoridades, e por tanto é ociosa esta indicação, assim como não concorda com o additamento do sr. Monteiro Castello Branco, para que sejam ouvidas as sociedades agricolas, porque esta operação só se fazia, depois de muito tempo.

Não concordando pois com a disposição do artigo 1.º, manda para a mesa a seguinte emenda:

«E o governo autorisado a admitir ao consumo e a nacionalisar até 30 de junho do corrente anno, a quantia de 30 mil moios de trigo, e 2 mil moios de centeio.»

Considerada como substituição é admitida.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—não vem combater em tudo e por tudo o projecto do governo. Diz-se que não temos pão em quantidade sufficiente para não haver recio de escassez. Deve acreditar que o governo não viria diz-lo sem fundamento, e portanto approva a precaução contra essa

eventualidade; mas ao mesmo tempo deplora que o governo, contentando-se com a propria convicção, não tratasse de nos explicar de um modo mais claro os fundamentos da mesma.

Como se convenceu o governo? Ouviu a opinião dos governadores civis? Dos conselhos de districto? Das juntas geraes? Dos corpos municipaes? Das sociedades agricolas? Das sociedades agricolas, que, se não servem para ser consultadas n'estes pontos, não sabe de que possam servir!

E se ouviu, porque não trouxe á commissão todas essas opiniões? Porque não as mandou, não dirá, publicar pela sua imprensa official, mas pelo menos para a mesa, para poderem ser consultadas?

Nada d'isso. O governo diz-nos do alto da sua sabedoria: «Sei que não ha pão. Eu que o digo é porque o sei. Votae a minha proposta.»

E por isso que não falta quem suspeite que, se se tivessem ouvido as corporações a que alludiu, talvez o governo, melhor informado, não visse a escassez tão imminente, ou pelo menos tão generalizada, e talvez, apresentando a medida com maiores restricções, não viria pôr em alarme a já tão desfavorecida classe dos lavradores.

Triste e bem triste classe é esta, ha tempos para cá! A nenhuma se corta com menos sem-ceremonia a pouca protecção que lhe dão as leis do paiz. A menor sombra de recio, e mesmo sem ella, é logo de prompto sacrificada. Levantam-se altos clamores apenas algum se atreve a tocar nas protecções das outras industrias! A do lavrador, ás vezes, nem tem a voz propria a defende-la!

Em quanto se teima em proteger até ao absurdo fabricas que não prosperam, apesar de tanta protecção (cita as de lanifícios e outras), a pobre industria agricola, a unica, séria e verdadeira do nosso paiz; essa da acção governativa não conhece senão a protecção do imposto das leis prohibitivas de exportação, logo que esta chega a dar-lhe um lucro consideravel; ou de leis de admissão de importação de productos rivais, logo que o preço pôde compensar o trabalho. Se isto assim continuar, iremos bem! Em breve Portugal se converterá n'uma charneca. E a que tendem essas theorias especiosas de *humanitarismo* loucamente applicadas.

Vota o artigo. Não quer a restricção do sr. deputado Dias de Azevedo, que limita ao que está já desembarcado a introdução no mercado, porque receia assim favorecer o monopolio do negociante, e, seja dito de passagem, o unico monopolizador, porque o lavrador, elle não o é, nem o pôde ser, forçado a vender sempre pelas necessidades da sua cultura. Mas também não vota a introdução illimitada, como a vê no projecto da commissão. Quer um limite á quantidade da importação.

Um dos amigos da nossa lavoura mais dedicados: uma grande intelligencia se ergueu hontem aqui contra a fixação do limite que reclama. Argumentou, se se não enganava, com a impossibilidade de determinar, em relação ás necessidades dos consumidores. «Querem tallar a fatia ao povo, disse o sr. Moraes Soares.» Quem pôde tallar-la? Basta que uma onça de pão seja comida a mais por cada individuo, para fazer differença de milhares de alqueires no consumo geral. Não comprehendem o raciocinio do sr. deputado. Se assim fosse, como poderia determinar-se a quantia para os fornecimentos do exercito, e outros? Determinar rigorosamente o provimento a fazer para o sustento de um individuo, é talvez impossivel; mas é facil, facilissimo determinar o provimento para uma colleção de individuos. Ha uma média, que serve de regulador, e comendo uns mais, outros menos, o provimento calculado pela média é sempre sufficiente para o geral. É um calculo tão possivel, e tão facil, que todos os dias o fazem os donos, e até as donas de casa para o provimento de suas familias.

Vota pois o artigo, mas deseja que se lhe addicione uma disposição fixando a quantidade. Quanto á emenda do sr. deputado Affonseca não pôde acceita-la. O sr. deputado pretende incluir o milho, assim se entende da sua redacção, na lista dos generos cuja introdução permite.

A similhante pretensão responderá com um pequeno calculo. Um dia de lavoura leva de sementeira pouco mais ou menos meio alqueire de milho. A produção não pôde calcular-se, termo medio, em mais de vinte e quatro sementes; porque se as baixas ou regadios dão muito mais, os sequeiros as mais das vezes nem oito sementes chegam a produzir. Contemos pois

Meio alqueire de semente a 360 réis. \$180
Um dia de lavoura a 600 réis. \$600
Dez jornaleiros de sacha e arrenda a 160 réis 1\$600
Despesas na eira e colheita \$480

Total da despesa 2\$860
Receita bruta, doze alqueires a 360 réis... 4\$320

Receita liquida 1\$460

Receita d'onde deve deduzir-se a renda da terra, o imposto, as quebras no celeiro, os mil detalhes que os lavradores conhecem, como ruina de gados, de instrumentos aratorios, e outros, que não quer cançar a camara a enumerar.

Ora, não vê que a colheita justificasse os recios de escassez, em quanto ao milho. Provou que o preço de 360 réis, e é este o que regula actualmente nos mercados da provincia, longe de dar grandes lucros, mal retribue o trabalho do amanha-dor. Como, pois, admitir-se a emenda do sr. Affonseca?

Faz votos, como todos têm feito, por uma legislação permanente, que livre os lavradores d'este flagello da oscillação. Regule-se por uma vez este assumpto, que já devia estar regulado. Elle, orador, não accusa o actual governo, ou os passados; mas este sistema de medidas de occasião é funesto aos produtores e aos consumidores, e com elle só lucram alguns especuladores, unicos a quem similhante sistema pôde dar proveito.

Offerece, pois, a seguinte proposta:
«Propoño que o artigo 1.º volte á commissão, para, de accordo com o governo, fixar o limite da quantidade admitida á importação.» *Mousinho de Albuquerque.*

Lida na mesa e classificada como adiamento, é apoiada e posta em discussão.

O sr. Thiago Horta (sobre a ordem):—requer que se discutam conjuntamente o adiamento e a materia.

Vence-se affirmativamente.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—o projecto da lei, que está em discussão, não merece as proporções que se lhe tem dado (*apoiados*). Não se trata da questão de principios, que tem visto discutir constantemente desde hontem; não se trata de uma lei permanente, cujo projecto brevemente virá á camara: trata-se de uma autorisação que se vota na camara todos os annos, e que não se pôde deixar de votar em quanto existir a legislação inconveniente, que hoje existe sobre cereas. Não ha governo nenhum que possa deixar de pedir esta autorisação á camara, nem ha camara nenhuma que a possa negar (*apoiados*).

Fallou-se na calamidade da abundancia; disse-se que era necessário que o pão se vendesse caro para o operario trabalhar. Pois no seculo actual, na nossa epocha e com a nossa constituição os operarios são servos da gleba, que se obriguem a trabalhar dando-se-lhes o pão caro? Respeita muito a classe agricola, porque elle é uma das mais importantes, se não a mais importante, pelo seu numero e porque é a nossa principal industria; mas todos têm obriga-

ção de respeitar igualmente todas as outras classes. É a classe industrial; é a classe fabril; é a numerosa classe que vive da pequena industria, e que existe espalhada por todas as povoações do paiz; é o commercio, classe importante e sem a qual não existe civilização nem progresso; são as numerosas classes trabalhadoras, que devem merecer principalmente a attenção dos poderes publicos, pelas innumeras familias que as compõem e que vivem espalhadas por essas terras do reino, principalmente nas grandes capitais, e as quaes gemem na penuria todas as vezes que o pão sobe 5 réis em arratel; é a todas estas classes que o governo tem obrigação de attender (*apoiados*).

Não pôde acceitar, por parte do governo, a limitação que se tem querido impor com as substituições que se tem offerecido. E nota uma contradicção admiravel da parte de alguns deputados, e principalmente do sr. Dias de Azevedo.

Disse o sr. deputado: não podemos votar o projecto, porque não temos bases nemhumas; não sabemos o que apresentamos as estatísticas; quanto se produziu e se consome. É muito difficil de o saber, mesmo nos paizes em que a estatística está muito adiantada. Mas o sr. deputado, que não tinha dados e estatísticas para autorisar o governo a tomar uma providencia nos casos de necessidade, tinha estatísticas e dados para dizer que até 30 de junho se precisava de 20.000 moios, nada mais, e nada menos! (*apoiados*).

Parece-lhe que se confunde um pouco o espirito do projecto de lei, e isso não admira da parte de alguns senhores que, pela primeira vez, tomam assento na camara, porque se entende que, approved o projecto e convertido em lei, amanhã se abrem os portos a todos os cereas até 30 de junho. O projecto é uma autorisação, e dentro d'ella o governo pôde fazer as limitações que entender, e não se segue que os portos fiquem abertos immediatamente, e abertos até ao maximo prazo do projecto, pelo facto d'elle passar em lei.

Também lhe parece que se confundem um pouco as attribuições do parlamento com as do executivo. A camara legislou em tempo a lei permanente actual de cereas, que é a da prohibição; lei que não pôde ser conservada; mas agora o parlamento, para evitar os inconvenientes d'essa lei, vota todos os annos uma autorisação ao governo para providenciar, nos casos de necessidade. O que pertence ao executivo é colher pelas suas autoridades e meios ao seu alcance as informações para os casos que occorrem; mas se o parlamento, em vez de legislar, quer administrar em todos os casos particulares, ha de estar aberto todo o anno, e não lhe chegará o tempo para discutir todos os negocios d'esta natureza. É por isso que estas autorisações se concedem de uma maneira ampla.

Nesta occasião agradece aos srs. deputados que o honram com a sua confiança pessoal; mas pede um bocadinho de confiança também para os seus successores, porque se disse que se suppunha que elle, sr. ministro, não abusaria, mas que amanhã pôde ir ao governo um homem imprudente, que prejudique os interesses da agricultura. Esta questão não é de confiança pessoal, nem de confiança politica, é de confiança governamental; e todos os parlamentos a dão a todos os governos, porque se suppone que o governo tem sempre a prudencia necessaria para não prejudicar os interesses de nenhuma classe, e sobre tudo que não toma uma resolução d'estas sem ouvir as estações competentes em que existem representantes de todos os interesses, como é por exemplo o conselho geral de commercio e agricultura.

Também não pôde acceitar uma emenda que se apresentou, querendo-se que o governo não possa decretar a autorisação, sem ouvir as associações agricolas. N'outras quaesquer circumstancias não haveria talvez inconveniente n'esse additamento, e parece-lhe mesmo que elle foi já introduzido em uma autorisação similhante dada a um governo preterito; mas na occasião actual, esta medida da introdução de trigo estrangeiro é urgente, e se formos ouvir primeiro aquellas corporações, que se não podem ouvir de um dia para o outro, porque as das provincias têm os seus membros em diversas localidades distantes umas das outras, e algumas não chegaram ainda a reunir-se, era isso collocar o governo na impossibilidade de providenciar para a actualidade das circumstancias, e as circumstancias exigem uma prompta decisão da parte dos poderes publicos.

O governo tem alguns dados e a commissão também.

O governo sabe que dos districtos do reino que produzem trigo, o de Santarem, que é um dos mais productivos, tinha em 31 de janeiro para exportar 5:200 moios, que são pouco mais que o consumo de Lisboa n'um mez. No districto de Lisboa só havia dois concellos que tivessem trigo, o de Azambuja que tinha 400 moios, e o de Villa Franca que teria talvez 1:600. Os outros districtos do reino, se têm para si não têm para exportar; o Algarve carece de trigo; o o Alentejo que tem algum para exportar está exportando para o Algarve, porque no Algarve ha quasi uma crise de subsistencias. Se por muito tempo não persistissemos em não introduzir trigo no Algarve, haveria ali fome, e a camara tem obrigação de attender a esta circumstancia, e não deixará certamente de o fazer.

Por consequencia o governo não está tão farto de esclarecimentos como se lhe quiz attribuir. Este ramo de serviço entre nós está pouco adiantado; mas o governo tem obtido esclarecimentos como os tem obtido a maior parte dos srs. deputados, pelo conhecimento geral d'estes factos, que não são occultos, e só revelados em segredo á autoridade.

O deposito que existe no Terreiro é o mais pequeno de que ha memoria, e não chega para o consumo de uma semana. Pôde no Ribatejo existir algum trigo, e pôde vir algum de lá para Lisboa; pôde ser que os compradores da capital tenham algumas pequenas porções; mas quando se trata de objectos d'esta natureza é mister não deixar chegar as cousas ao estado extremo de ser necessário que se tome uma medida que exorbita da lei, e que o governo teria necessidade de tomar, porque era um caso de salvação publica; e n'esse caso não teria remedio senão fazer o que as circumstancias determinassem, para obstar a uma crise alimenticia, uma crise de subsistencias (*apoiados*).

Pelas razões expostas, não pôde pois acceitar as emendas, additamentos e substituições que se têm apresentado ao projecto.

Lamenta que alguns srs. deputados que defendem os interesses da agricultura, os defendam de uma maneira tão exagerada, que

a quantidade de cereaes, cuja entrada o governo tem de permitir, ande, pouco mais ou menos, pela cifra que se conseguia em algumas das emendas offerecidas ao projecto; porém, não convém que se fixe, desde já, o *quantum* da admissão, ficando ao prudente arbitrio do governo attender a este objecto conforme as futuras circumstancias o exigirem; assegurando ao mesmo tempo á camara, que o governo ha de usar d'esta autorização com a maior prudencia possível; e julga que disto já tem dado provas no modo como usou de igual autorização, que anteriormente lhe foi concedida (*apoiados*). O governo pois não fará uso da autorização pedida senão com a prudencia que reclamam objectos d'esta natureza (*apoiados*).

Dadas estas explicações, parece-lhe que mesmo os illustres deputados que repugnam um pouco a approuvar o projecto como está enunciado, não terão duvida em o votar, como espera que a camara o votará (*apoiados*).

O sr. Gomes de Castro:—pedira a palavra contra unicamente por ter assignado a proposta do sr. Affonseca, que tem por fim restabelecer a proposta primitiva do governo, mas não porque reprova a medida proposta.

A discussão tem sido collocada n'um terreno tão largo de principios, como no seu entender não era necessario, por isso que o sr. ministro das obras publicas já se compromettera a apresentar, o mais breve possível, a lei permanente de cereaes.

Regosija-se pela apresentação d'estas medidas excecpcionaes, d'estas medidas de expediente, porque ellas não fazem senão justificar a necessidade de estabelecer, quanto antes, uma lei permanente de cereaes, a fim de que tanto o negociante como o proprio lavrador não estejam em incerteza.

Tem observado que, todas as vezes que se apresentam projectos d'esta ordem, os agricultores que sempre ver n'elles e nos que os defendem má vontade para com a agricultura; mas pela sua parte declara, que tanto na camara como fora d'ella não tem má vontade contra a agricultura; pelo contrario, quer promover o seu progresso e interesses, porque a considera como a principal industria do paiz (*apoiados*); e é por isto que ainda ha poucos dias instou com o sr. ministro da fazenda para que apresentasse a reforma das pautas como um meio de auxiliar essa industria.

Tendo o sr. ministro apresentado a sua primeira proposta para a admissão de todos os generos cereaes, de certo s. ex.ª havia de ter, para assim o fazer, motivos muito fortes, e dados estatísticos taes que o obrigassem a propor a admissão de todos os cereaes; porém, tendo concordado com as alterações feitas na commissão, para se limitar a admissão somente ao trigo e centeio em grão, deseja que s. ex.ª lhe explique as razões que teve para concordar na exclusão tão importante dos outros cereaes, e isto tanto mais quando vê que se fazem representações para a admissão do milho.

Disse o sr. Dias de Azevedo que o preço dos cereaes não está elevado, e que portanto não ha necessidade da medida tal como se propõe. E verdade que o preço não está elevado, mas é isso devido á medida de grande utilidade, tomada pelo sr. ministro das obras publicas, admitindo a depositos o trigo estrangeiro; mas foi preciso que houvesse esse trigo em deposito para conter o preço dentro do limite em que se achava (*apoiados*). Pôde o illustre deputado estar certo de que, se não existisse esse trigo em deposito, hoje o preço seria exorbitante (*apoiados*).

Não concorda com a idéa de marcar o *quantum*: quem marca o *quantum* é o interesse do negociante. Desde o momento que tem entrado um certo numero de navios com tantos cereaes que façam baixar o preço, está claro que não entra mais um alqueire. As leis da procura e da offerta é que limitam a porção que deve entrar. Marcar pois o *quantum* da entrada é uma coisa tão absurda como seria, por exemplo, o querer fixar, por meio do maximo, o preço do mercado.

Finalmente entende, que pelas razões que deu o sr. ministro e pela urgencia do objecto, deve ser votado quanto antes o projecto, e deve terminar aqui as suas observações.

O sr. Arrobas:—pede que a materia se julgue discutida.

O sr. D. José de Alcântara:—observa que é membro da commissão; e tendo pedido já duas vezes a palavra, ainda lhe não foi concedida; e por isso deseja que a discussão se não feche, sem poder emitir a sua opinião sobre o projecto.

O sr. Presidente:—havendo um requerimento para consultar a camara sobre se a materia está discutida, não pôde deixar de lhe dar seguimento.

Julga-se discutida por 61 votos contra 37.

Posta a votação a proposta de adiamento do sr. Mousinho é rejeitada.

A emenda do sr. Affonseca é também rejeitada.

O artigo 1.º do projecto e seus §§ são successivamente approvados.

O additamento do sr. Monteiro Castello Branco é rejeitado.

E as demais propostas são consideradas substituições e julgadas prejudicadas.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã trabalhos em commissão, depois da leitura da correspondencia, e levanta a sessão.—*eram quatro horas da tarde.*

Projecto de lei do sr. deputado Rodrigo de Moraes Soares, sobre a industria da pesca, apresentado em sessão de 25 de fevereiro ultimo

Senhores.—A industria da pesca e as classes que a exercem, são dignas da maior attenção. Como industria e como fillos da sociedade, os pescadores são os mais pobres, mais desvalidos e desgraçados.

Todas as classes operarias e industrias dão testemunho de um progressivo aperfeiçoamento intellectual, moral e profissional; porém as gerações dos pescadores, transmittindo de umas ás outras um patrimonio de miseria fatal, não ao menos presentem o melhoramento da sua sorte. Ou porque n'esta classe se dê uma certa degradação social, proveniente do abandono em que vive, ou porque o exercicio da pesca se julgue incompativel com a cultura intellectual, o certo é que não ha que esperar, em beneficio d'ella, dos seus espontaneos e proprios esforços.

Compete pois á sociedade tomar a seu particular cuidado estes infelizes, e exercer sobre elles uma tutela benéfica e paternal.

Mas ainda que tal não fosse a condição dos pescadores, e que não excitassem os sentimentos de philantropia e caridade christã, bastaria a consideração da utilidade das pescarias para nos appressarmos a estender sobre elles o manto da protecção publica.

Sem duvida a lavoura dos mares não é menos productiva que a da terra. E nós aqui que temos em esquecimento esta verdade, convindo-nos te-la bem presente na memoria, porque as nações pequeñas e atarradas devem aproveitar cuidadosamente todos os seus recursos e multiplica-los pela energia da sua actividade.

As nossas costas maritimas e os nossos rios são fertilissimas das melhores especies de peixe, temos em grande abundancia excellente sal marinho, e assistem-nos todas as demais condições para o estabelecimento da industria da pesca, e das que d'ella se derivam, em largas porções.

Em outros tempos as nossas pescarias tiveram

grande florescimento. Consta de memorias antigas, foras, capitulos de cortes e outros documentos, que se faziam grossas pescarias por toda a costa, e que se exportavam para nações estrangeiras valiosas carregações de peixe salgado. Setúbal, Alcaer, Sines e Cezimbra formaram entre si uma famosa associação de pescarias.

De um e outro lado do rio Sado se construíram viveiros para reserva de peixe fresco, e tanques para salgar e preparar o peixe secco. Ainda ha pouco existiam vestigios d'esta obra monumental. A pesca da baleia occupou por alguns seculos numerosas embarcações nossas.

Fomos os primeiros pescadores do bacalhau no banco da Terra Nova, mandavamos ali alguns annos frotes de mais de cem navios. E tão dados fomos ás industrias maritimas, que no Algarve se fez por dilatados annos a colheita do coral. Mas sobre a pesca do atum e da corvina teve ali prodigioso desenvolvimento, chegando a render, como se vê do livro antigo das almadravas, 80.000.000 réis. Attendendo ao subido valor do diuheiro n'aquelles tempos, reconhece-se que as pescarias eram extremamente productivas.

Não se abre uma pagina da nossa historia antiga, que se não encontre n'ella um monumento de grandeza nacional, contrastando com a decadencia da nossa actualidade.

Embora se não repetissem os documentos, e se não multiplicassem as provas da antiga prosperidade das nossas pescarias, bastaria ponderar um facto para revestir esta asserção das insignias da evidencia moral. Sem os marinheiros, que a escola das pescarias creára, foram impossiveis as navegações, que immortalisaram o nome portuguez. Mas estava nos fados que a epocha da nossa maior gloria e opulencia deveria tambem ser a epocha de que datasse a declinação do engrandecimento dos principaes ramos da industria nacional.

Desde então foram as pescarias decaindo gradualmente. O nosso grande administrador ainda tentou restaura-las, e voltando a sua maior attenção para o Algarve, fundou a bella povoação de Villa Real de Santo Antonio, entendendo que ahi conviria domiciliar as pescarias de Monte Gordo. Porém o seu patriótico intento não foi assistido da fortuna. Instituiu pelo alvará de 15 de janeiro de 1773 a companhia geral das reaes pescarias do Algarve, com o fundo de 40.000.000 réis, elevado no fim de annos ao duplo d'esta quantia. Mas n'este louvavel esforço não foi mais feliz do que no primeiro. Quando uma nação começa a rolar pelo plano inclinado da sua ruina, não ha forças humanas que a sustentem. Só a escola da desgraça a pôde novamente reanimar, depois da longa expiação dos seus erros.

As cortes de 1821 reconheceram o estado decadente das pescarias e a necessidade de as melhorar. Abriu-se um inquerito para investigar a profundidade e origem do mal. Na secretaria d'esta camara existe o processo original do inquerito, que contém documentos importantissimos.

Consta d'esses documentos que no continente do reino, com referencia ao anno de 1821, havia 2.159 barcos de pesca e 17.614 pescadores.

Comparando estes numeros com os esclarecimentos publicados em um dos ultimos annos pela repartição do pescado, apresentam-se os seguintes resultados:

ANNOS	BARCOS	PESCADORES
1821.....	2.159.....	17.614
1855.....	4.800.....	26.000

D'esta comparação não se pôde concluir que as pescarias augmentaram desde 1821 a 1855. No recenseamento de 1821 faltam não só os documentos relativos á comarca de Lisboa, mas tambem se não incluem n'elles os barcos e gente empregados na pesca do atum. Alem de que o numero de barcos não tem tanta significação como o numero dos pescadores; sendo para notar, que é em quanto aquelles, e não a estes, que os termos da comparação mostram maior differença. Por tanto se ao numero dos pescadores recenseados em 1821 se juntassem os da comarca de Lisboa, e os do atum no Algarve, é provavel que o pessoal das pescarias não apresentasse differença sensivel nas duas referidas epochas. Esta probabilidade aproxima-se da certeza, quando se cotejam os factos com relação a cada uma das localidades, de modo que se pôde affirmar, sem receio de uma séria contestação, que no periodo de trinta e quatro annos as pescarias nacionais se conservaram na mesma situação, exceptuando as da sardinha, que ultimamente tem tido algum progresso.

É para lamentar que tanto a este como a outros respeito as estatísticas que possuímos, sejam tão incompletas e inconfidentes, porque poderíamos resolver com a sua autoridade questões graves de administração e economia publica, se as podessemos interrogar com segurança.

No entanto, aproveitando alguns factos bem averiguados, vejamos se podemos determinar as causas da antiga decadencia das nossas pescarias, e o estacionamento em que ellas se sustem ha bastantes annos.

A industria da pesca examinada do baixo das suas relações de existencia e progresso, está subordinada aos principios e regras geraes que constituem e desenvolvem a vida industrial. Pela acção combinada de tres elementos, trabalho, capital e intelligencia, dada a materia prima, realizada a produção, e effectuado o consumo, qualquer que seja o ramo de industria, se não tocar a summa do aperfeiçoamento, ha de necessariamente sustentar-se em boas condições, e sempre com tendencias de melhoramento, se alguma causa externa a não perturbar nas suas funcções vitaes.

A industria da pesca floresceu em Portugal, pelas mesmas razões por que antes da epocha dos descobrimentos e das conquistas se engrandeceram entre nós outros exercicios da actividade nacional; e decaiu porque não só lhe enfraqueceram as condições elementares da sua existencia, mas tambem porque lhe alteraram a regularidade do seu movimento. Roubaram-lhe os braços para as empresas da alta navegação, e os capitães, seduzidos pelos maravilhosos lucros do commercio das novas conquistas, retiraram-lhe a sua assistencia. Eis-aqui a explicação resumida da lamentavel ruina das nossas pescarias.

E por que motivos se não tem restaurado esta industria? No grau da sua antiga elevação, não era possível tornar a collocar as nossas pescarias, por que se alteraram por occasião dos descobrimentos, e durante a dominação de Castella, as disposições essenciaes da produção e do consumo: outras nações, em quanto que nós sulcavamos os mares do oriente, e os do novo mundo, ou depois que nós debaixo do jugo estrangeiro apenas nos sentiamos com forças para soffrer as dores da nossa queda fatal, outras nações apoderaram-se dos meios de que nós anteriormente dispunhamos, e que mais tarde foi impossivel disputar-lhes. É facil crear de uma tenue planta uma arvore grandiosa, mas se depois de haver adquirido o seu maior crescimento, se cortarem a essa arvore as suas raizes, é quasi impossivel conservar-lhe a vida. Assim aconteceu ás industrias.

Mas sem aspirar á antiga prosperidade, não podiam as nossas pescarias correr por uma linha progressiva até duplicar ou triplicar a sua actual importância?

Sem duvida, uma vez que se ponham em acção os meios convenientes, e não esses que por ahi se têm apregoado, como panacea universal, para cu-

rar todos os males da industria da pesca. Por muito respeitáveis que sejam as opiniões dos que julgam, que o imposto de 6 por cento é a causa do abatimento das nossas pescarias, e que a abolição d'este tributo lhes restituiria o maior vigor da sua acção, nós temos razões para duvidar da malefica influencia do imposto, e acreditamos firmemente que a subtracção d'elle não melhorava as condições da industria da pesca, nem dos infelizes que a exercem.

Distingamos quatro epochas na historia das nossas pescarias.

1.ª Seculo XII a XVI, fundação, desenvolvimento e prosperidade da industria da pesca, media do imposto, 50 por cento sobre o producto bruto.

2.ª Seculo XVI a XIX, decadencia e por fim estacionamento da industria da pesca, media do imposto, 50 por cento sobre o producto bruto.

3.ª Annos 1834 a 1842, continuação do estacionamento da industria da pesca, livre exercicio e abolição completa do imposto.

4.ª Annos 1842 a 1858, continuação do estacionamento da industria da pesca, sentindo-se apenas algum augmento na da sardinha, imposto 6 por cento sobre o producto bruto.

Estes são os factos, vejamos qual é a sua verdadeira significação. Pelos fins do seculo XIII Genova era uma das primeiras potencias maritimas e commerciaes da Europa. Os seus estabelecimentos mercantis e industriaes no litoral da Hespanha, depois de nós havermos expulsado os mouros, estenderam-se até ao Algarve. Como os genovezes tinham perfeito conhecimento da industria da pesca de Comachio, transportam-na para ali. Existe um contrato celebrado entre elles e el-rei D. Duarte, em virtude do qual se obrigavam elles a pagar 60 por cento da pesca do atum, e 40 por cento pela da sardinha, o que dava de rendimento liquido para a coroa portugueza entre 40 a 45.000.000 réis.

É bem sabido que tanto a pesca como outras industrias extractivas, podem soffrer um grande peso de tributo, que arruinaria as industrias de diversas ordens. Os lucros não estão na proporção dos capitães, quando a fortuna lhes sopra favoravelmente. Do muito podem pagar muito.

Ora os genovezes monopolisavam então o commercio, principalmente das costas do Mediterraneo, e por isso facilmente encontravam consumo para o pescado fresco e preparado. Nós aprendemos dos genovezes a arte de pescar e preparar o peixe, e pouco a pouco lhes fomos disputando o campo, até que nos assenhoreámos d'elle, tanto no ramo das pescarias, como no commercial.

Ha tambem a notar, que n'aquelles tempos as nossas pescarias, tão rendosas para a coroa, eram assistidas de todos os socorros e favores, que os monarchas de bom grado lhes prestavam. Pôde dizer-se que a industria da pesca constituia, entre os pescadores e a coroa, um contrato de parceria, cujos lucros se dividiam meio por meio. E como a esta industria não faltavam braços, nem capitães, nem a necessaria intelligencia, balçada pela protecção real, attingiu ás largas dimensões da sua maior grandeza. Colloquem ainda hoje as nossas pescarias do baixo d'estas condições, e vê-las-hão sair muito prestes do seu actual enfraquecimento.

Está bem de ver que as heroicas empresas de Affonso de Albuquerque, para dominar os mares do Oriente, e fundar em Ormuz um emporio universal, haviam de exigir ás nossas pescarias uma nova quota tributaria, e maior do que metade do seu producto bruto. Ao pagamento d'estas quotas é que não ha industria que resista, porque são satisfecitas com a propria subsistencia, com o sangue e com a vida industrial. Mas nem por isso foram as pescarias aliaviadas dos seus onus primitivos, antes se lhes retirou toda a protecção, como era bem natural, em vista dos novos horizontes que se abriam á prosperidade e á gloria nacional.

Assim foram as pescarias arrastando a existencia, ora mais, ora menos amargurada, até que uma nova era social lhes quebrou as cadeias em que viviam, deixando-as livres e senhoras dos seus proprios movimentos. Grande e perigoso erro é o dos que pensam, que dar a uma industria a liberdade, é dar-lhe tudo, quando muitas vezes o menos de que ellas precisam é de ser livres, porque até a liberdade absoluta as pôde aniquillar. Sem capitães, sem intelligencia e sem moralidade, o exercicio de qualquer industria é forçosamente improductivo e muito arriscado. Durante o regimen antigo as pescarias tinham sobre si as garras do fisco, das communidades religiosas e dos senhores de terras que lhes arrebatavam a melhor parte dos seus productos; todavia os que se aproveitavam do suor dos pescadores, viam n'esta classe um instrumento eficiente das suas regalias, pelo que lhes estendiam mão protectora e muitas vezes generosa. E de mais a industria da pesca estava subordinada a certas disposições regulamentares, e á vigilância da autoridade publica, que ao menos a continha de muitas demasias proprias de classes rudes, pobres e sem costumes, amparando-a de quando em quando de prepotencias, que eram assás frequentes n'aquelles tempos.

Assim que se proclamou o novo sistema politico e administrativo, os pescadores ficaram desassombrados das exigencias, que lhes reduziam por metade os interesses da sua laboriosa profissão; porém foram logo espontaneamente offerecer o collo a novo jugo mais exigente, mais duro, e sempre inexoravel, porque foram cair nas garras da mais torpe agiotagem. Não da gleba, mas servos das ondas, sentem ainda hoje os pescadores a sua desventura, e tão grande que nem ao menos sabem queixar-se d'ella. Ha nas povoações dos pescadores, ou perto d'ellas, quem fornece barcos e aparelhos, e com este material alleve exerce a gente do mar a sua industria, pagando um quinhão nunca inferior a 25 por cento da totalidade do producto da pesca; os donos das redes, os mestres, e mais não sei quem, levantam outros quinhões iguaes, pelo menos tambem a 25 por cento, de modo que a companhia nunca divide mais de 50 por cento. Gente sem previdencia nem regra de viver, deixa o mar, e corre logo para a taberna, onde consome nos excessos da crapula até o ultimo real da sua ultima ganancia. Mas o peor mal ainda é outro.

Quando nos ensejos ou temporadas falta o peixe na costa, ou quando os mares se embravecem, é então que a agiotagem abre a mão generosa para occorrer á miseria dos pescadores, que, nos apertos da fome, acceitam, profundamente agradecidos, por cem o que não vale cincoenta.

Eis-aqui o quadro fiel do estado das nossas pescarias, e bem patentes os motivos por que ellas não saltam fóra do fatal circulo em que estão encerradas. Sem capital proprio, só com enorme usura, obtêm os pescadores o que lhes é necessario para fixar no material da sua industria; sem previdencia, dissipam o valor dos productos que extrahem, e que ás vezes sacrificam a vis preços, por não poderem demorar a venda, sem auxilios nem socorros; anteipam e captivam em tempos difficeis os productos de trabalho e riscos de um mez, pela parca alimentação (quem sabe), ás vezes de um só dia!

Já se vê como são inconsideradas, e menos attendiveis as vozes que por ahi se ouvem, pedindo a abolição do imposto de 6 por cento, como remedio para melhorar o lamentavel estado das nossas pescarias. Estudem a vida intima e excepcional d'esta importante industria, e com boa fé reconhecerão: 1.º, que a usura é quem lhe rói as entranhas; 2.º, que só por meio de uma tutela discreta, intelligente, activa e desinteressada, é que as nossas pescarias

poderão receber um impulso benéfico e progressivo.

Foi meu intento demonstrar que a industria da pesca era avexada por muitas causas, e que de prompto convinha quebrar-lhe o triste fadario em que vivia.

Ha muito que os males das pescarias eram conhecidos, e ha muito que se indicaram os meios de os remediar. Um dos nossos mais distinctos academicos, escrevendo uma douta memoria acerca d'este assumpto, diz assim:

«É preciso o favor das providencias publicas, a inspecção, os regulamentos, os estímulos, a justa liberdade, a facilidade dos ganhos em todo este trato e venda.»

Abundando n'estas idéas o que eu fiz foi dar-lhes corpo e forma nas bases de uma lei, que depois deverá ser desenvolvida em regulamentos especiaes. Não fatigarei a vossa attenção, fundamentando cada uma das bases que proponho, porque me parece que desenho com as mais fieis cores o quadro das nossas pescarias; occupar-me-hei unicamente de justificar dois pontos, sobre que pôde versar a mais séria contestação. Alludo ao augmento do imposto, e á verba da despeza para montar um ramo especial da administração das pescarias.

No que respeita ao primeiro ponto, observarei que o augmento do imposto que estabeleço, longe de prejudicar a industria da pesca, é, pelo contrario, a base mais firme da sua prosperidade; porque é pela acção lenta, mas effizaz do capital obtido por meio de uma bem entendida economia, que a industria da pesca ha de sacudir o jugo da enorme usura que a extenua. Não ha industria que possa fundar-se ou desenvolver-se sem o adiantamento de capitães, que nunca se obtêm de graça. Querer que a industria da pesca se forneçam capitães sem juro fóra um contrasenso. O que convém é que sejam baratos. Pelo meu projecto, os pescadores, contribuindo com 2 por cento para um monte commun, pagam uma annuidade, em que se comprehende o juro e amortisação dos capitães que se empregam no melhoramento das condições geraes das pescarias. D'esta forma os pescadores adiantam uns aos outros o capital necessario para aquelle melhoramento, que não pôde ser simultaneo, porque era impossivel que o fosse com tão modica annuidade. Já se vê que o pagamento do imposto, pelo modo porque o proponho, não é um verdadeiro tributo, mas uma especie de operação de credito.

Com referencia aos 2 por cento, que constituem o fundo dos monte-pios, é ocioso justificar a medida. Quem desconhecerá a necessidade e vantagem de similhantes estabelecimentos, com relação a todas as classes operarias, quanto mais á dos pescadores?

Resta expor as razões em que me firmo para exigir á industria da pesca 6 por cento para a fazenda. O que se não pôde sustentar em harmonia com os bons principios, é que esta industria deixe de contribuir para as despesas communas, na proporção dos seus rendimentos. Mas não se pense que eu de facto o actual imposto, tal como está decretado; isto é, que a mão do fisco, dura e insaciavel, se abra todos os dias diante dos pescadores, sem que ao mesmo tempo outra mão protectora e benéfica se estenda para os ajudar e socorrer. Se a autoridade publica fizer o seu dever administrando os interesses de uma classe que a si se não sabe governar, nada mais justo do que impor-lhe a obrigação de concorrer para as despesas d'essa administração; porém se os poderes do estado continuarem a ouvir os ouvidos e a fechar os olhos, para não ouvir os ais, nem verem a miseria dos que se entregam a uma das mais uteis applicações da actividade social, serai eu o primeiro a insurgir-me contra a tyrannia das exigencias fiscaes, e contra a iniquidade de uma legislação que reconhece os pescadores como fillos da sociedade, não para os proteger, mas somente para os tributar.

Far-se-ha reparo na imposição sobre o producto bruto, condemnado pela sciencia economica; mas quem reflectir na especialidade da industria da pesca ha de convencer-se que a imposição por esta forma é a mais conveniente, mesmo para os que a soffrem.

Espero tambem que se faça objecção da grande verba de despeza que demanda a organização administrativa que lembro. Porém esta contrariedade virá mais dos que não calculam as grandissimas vantagens que nós podemos obter da industria da pesca. Vê-se da nota junta (A) que no estado actual o rendimento bruto das pescarias ascende a cima de 1.000.000.000 réis; mas a nota não representa a verdade, porque sendo 27.000 o numero total dos pescadores matriculados e adventicios, e podendo reduzir-se a 20.000 o numero dos que vivem exclusivamente da pesca, era impossivel que se podesse sustentar um individuo, durante um anno, com 25.800.

E chego a este resultado porque dos 1.000.000.000 réis, rendimento bruto, separo metade para pagamento do juro e amortisação do material da pesca, do imposto, etc. Logo as pescarias devem produzir para mais de 2.000.000.000 réis. Uma industria que dá estes resultados, não merecerá a pena de se collocar em condições favoráveis?

Mas ha mais a dizer. As costas maritimas de Portugal affluem as mais preciosas especies de peixes e mariscos, e se nós seguirmos o exemplo que nos está dando as nações mais illustradas, a que ponto não poderá subir a nossa riqueza ichtyologica?

Permitta-se-me um rapido esboço da historia da piscicultura, ou criação artificial dos peixes.

Pelo meado do seculo passado, Jacobi, sabio allemão, tentou a fecundação artificial dos peixes. Os seus ensaios foram coroados de feliz exito, e junto de Northeim, no Hanover, demonstrou-se praticamente que a piscicultura era uma realidade. O governo britannico acudiu a premiar com uma pensão o autor de tão util descobrimento industrial, cujas vantagens ficaram em applicativa, até que em 1837, mr. John Shaw e mr. Boccia praticaram, com excellentes resultados, em uma ribeira de Nith, na Escocia, e em varias localidades da Inglaterra a fecundação artificial das trutas e dos salmões. Ultimamente em França os perseverantes esforços de mr. Coste acabaram de conquistar para a industria uma inextinguivel fonte de riqueza.

Em vista dos incontestaveis resultados, obtidos por mr. Coste, o governo francez, em 1852, consignou a verba de 30.000 francos para um vasto estabelecimento de piscicultura em Huningue, confiado á direcção d'aquelle sabio e incansavel naturalista. A imitação do estabelecimento de Huningue fundaram-se immediatamente outros na Inglaterra, na Alemanha e na Suissa.

Em Munich creou-se em 1853 um estabelecimento de piscicultura na escola veterinaria, seguido logo de outro em Wurtzbourg, na Baviera, O rei de Wurttemberg estabeleceu a piscicultura no seu dominio de Monrepos, junto de Ludwigsburg, para dar aos habitantes d'esta localidade tão util exemplo. El-rei de Hollanda apressou-se a collocar nos seus palacios de Bois e de Wess iguaes estabelecimentos, no que foi imitado promptamente pelo governo belga e pelos particulares. Não fallando de outras localidades da Inglaterra, Escocia e Irlanda, basta referir que se formou uma sociedade de proprietarios para propagar o salmão da ribeira de Tay, na Escocia, cujos resultados excederam todas as esperanças. Na Suissa fazem-se por toda a parte ensaios d'esta ordem, debaixo dos auspícios da autoridade publica, e o conselho de Zurich votou em 1855 uma somma

de 3.000 francos para um estabelecimento de piscicultura. O Piemonte e outros estados occupam-se attentosamente d'este objecto, que referindo-se a um problema de alimentação dos povos, não podia, como diz mr. Coste, deixar de assumir um caracter europeo.

Quem sabe o que se está fazendo em outros paizes, quem conhece as disposições naturaes de Portugal, que são as mais aptas para todos os desenvolvimentos da industria da pesca e da propagação artificial dos peixes, sente-se repassado de amarguras, observando a indifferença com que entre nós se olha para as cousas mais serias e uteis. As lagoas de Albufeira, Obidos e outras não se prestavam, bem como os nossos maiores rios e ribeiros, á fundação artificial das melhores especies de peixes? A ria de Aveiro não terá todas as condições para ali se fundar um estabelecimento de pescarias como o de Comachio?

Tomem-se em conta todas estas considerações, e digam-me se merecerá a pena de gastar 30 e tantos contos de réis para dar um impulso regular e permanente a um complexo de industrias, que bem dirigidas e exploradas podem constituir copiosas fontes de riqueza publica.

Estas vantagens entendo eu que se poderão conseguir, convertendo-se em lei as seguintes bases, que tenho a honra de offerecer á vossa illustrada consideração.

Artigo 1.º As pescarias, as salinas, a piscicultura e as industrias, que immediatamente d'estas se derivam, constituirão de ora em diante um ramo especial de administração publica, subordinado ao ministério das obras publicas, commercio e industria.

Art. 2.º Para os fins d'esta lei dividir-se-ha o litoral do continente do reino em cinco regiões, e estas em gremios maritimos, conforme as disposições das localidades e as exigencias do serviço.

Os lagos e rios ficam pertencendo ás regiões em que existirem ou desembocarem.

Art. 3.º A organização administrativa das pescarias e industrias annexas comprehenderá uma inspecção geral, as providencias regionaes e as juntas administradoras dos gremios maritimos.

§ 1.º O pessoal da inspecção geral compor-se-ha do inspector geral, de um secretario, dois amanuenses e dois engenheiros addidos.

§ 2.º Em cada região haverá um provedor e um secretario.

§ 3.º As juntas administrativas serão formadas de quatro vogaes, um presidente e um secretario.

§ 4.º Os empregados, a que se referem os paragraphos antecedentes, serão nomeados pelo governo mediante concurso, em que somente poderão ser admitidos os que tiverem as habilitações prescriptas no respectivo regulamento.

§ 5.º Exceptuam-se da disposição do paragrapho antecedente: 1.º, o inspector geral, que será nomeado pelo governo de entre as pessoas que, pelas suas luzes, serviços publicos e reconhecida probidade, mereçam a sua confiança; 2.º, os quatro vogaes das juntas administrativas, de que trata o § 3.º, os quaes serão eleitos por escrutinio secreto, de tres em tres annos, em assembleia geral dos pescadores, mestres de barcos, e de companhias pertencentes aos respectivos gremios maritimos, que tiverem de serviço effectivo na industria da pesca, pelo menos dez annos, e que legalmente se acharem emancipados e inscriptos nos livros das matriculas.

§ 6.º O vencimento dos empregados das pescarias e industrias annexas vae marcada na tabella (n.º 1), que faz parte d'esta lei.

Art. 4.º A industria da pesca fica sujeita ao imposto de 10 por cento sobre o producto bruto, exceptuando as iscas e caldeiradas.

§ unico. Da importancia do mencionado imposto deduzir-se-hão 6 por cento para o thesouro; o resto será applicado em beneficio das pescarias e dos pescadores pela forma seguinte.

Art. 5.º Instituir-se-ha uma caixa central do melhoramento das pescarias e industrias annexas, dotada com a quantia de 2 por cento, separado do producto do imposto de que trata o artigo 4.º

§ unico. Na caixa central haverá sempre um fundo de reserva igual á decima parte do seu rendimento annual, para occorrer a qualquer preciso extraordinario, o resto do rendimento total será applicado pelo governo, sob proposta do inspector geral, para a compra dos barcos e aparelhos da pesca, para melhoramento dos portos, para ensaios de piscicultura e aperfeiçoamento dos processos da preparação do peixe, conforme o que for mais conveniente.

Art. 6.º Em cada um dos gremios maritimos haverá um monte pio, com invocação religiosa, o qual será dotado com 2 por cento, que remanesçam do imposto estabelecido pelo artigo 4.º, e gerido pela junta administrativa do respectivo gremio.

§ 1.º Este fundo é destinado exclusivamente a socorrer os pescadores que por falta de trabalho não possam obter os meios de subsistencia, ou que por velhice, ou doença adquirida no serviço da pesca, se impossibilitarem de trabalhar.

§ 2.º Os fundos dos monte pios serão tambem applicados para socorrer as viúvas e fillos menores de doze annos, que ficarem dos pescadores, victimas do mar no exercicio da pesca.

§ 3.º Quando na caixa dos monte pios houver uma somma superior ao rendimento annual, esse excedente será mutuoado, debaixo da responsabilidade das juntas, aos pescadores que o possam restituir em prestações, dentro de um anno, com pagamento do juro de 5 por cento.

Art. 7.º As juntas administradoras farão annualmente uma festa religiosa, dedicada ao santo da invocação do monte pio.

§ 1.º As juntas designarão um dia em que todos os pescadores do gremio vão ao mar, e o producto total da pesca será applicado, parte para as despesas da festa, e parte para ser distribuida no dia d'ella em premios aos manecos pescadores mais assíduos, laboriosos e intelligentes no exercicio da pesca, e ás raparigas núbéis, que tiverem melhor comportamento.

§ 2.º As localidades, em que as circumstancias o permittem, estabelecer-se-hão regatas com a adjudicação de premios aos que mais se distinguirem.

Art. 8.º O presidente das juntas administradoras dos gremios maritimos accumulará as funcções de fiscal da cobrança do imposto designado no artigo 4.º A parte do imposto pertencente á fazenda, e os 2 por cento destinados á caixa central do melhoramento das pescarias, será arrecadada por um thesoureiro nomeado pela junta e perante ella afiançado, o qual entregará no fim de todas as semanas á recebedoria do conc

valor, qualidades e usos das diferentes redes, armatzenas, aparelhos e mais instrumentos da pesca.

§ 1.º Desde o penultimo até o ultimo domingo do mez de dezembro de cada anno, os pescadores, mestres de companhias, donos de barcos e de quaisquer instrumentos de pesca, comparecerão perante a junta para fazer as declarações necessárias, relativas à matrícula de que trata este artigo. Os que não comparecerem serão multados no duplo das respectivas taxas de matrícula, a que se refere a tabela junta (n.º 2), que faz parte d'esta lei. Não terão direito aos socorros dos montes pios os que se não acharem inscritos nos livros da matrícula.

§ 2.º O producto das taxas e multas, a que alude o § antecedente, e de outros quaisquer que se estabelecerem nos regulamentos especiaes, será dividido em oito partes iguaes: duas para o presidente da junta, duas para o secretario, e uma para cada um dos vogaes da junta.

Art. 11.º Em cada um dos gremios maritimos haverá uma cadeira de instrução primaria, destinada a ensinar os filhos dos pescadores.

§ unico. Os secretarios das juntas terão as habilitações necessárias para accumular as funções de professores das indicadas cadeiras.

Art. 12.º Fica o governo autorisado a decretar os regulamentos necessários para a execução e desenvolvimento das bases d'esta lei, de modo que se consigam os seguintes fins e resultados:

1.º Colocar a industria da pesca debaixo da tutela de uma autoridade protectora e benéfica, libertando-a de enorme usura que a opprime, instruindo-a, moralizando-a e socorrendo-a nas suas frequentes e variadas necessidades.

2.º Melhorar as condições das pescarias, estudando os portos, levantando as cartas hydrographicas da costa, aperfeiçoando os instrumentos da pesca, e ensaiando os mais convenientes processos da preparação do peixe.

3.º Introduzir e vulgarisar no paiz os melhores methodos de piscicultura, a fim de povoar os nossos lagos e rios das mais estimadas especies de peixe.

4.º Preparar os elementos para a organização do quadro descriptivo e scientifico de todas as especies ichtyologicas da nossa costa maritima, lagos e rios.

5.º Estudar as condições naturaes e economicas das salinas do paiz, e de todas as industrias extractivas, que immediatamente se derivam da industria da pesca.

6.º Codificar as disposições da nossa legislação, e subsidiariamente a de paizes estrangeiros mais civilizados, tendentes a regular o direito da pesca no mar, nas aguas dormientes e nos rios, e a reprimir os abusos que se praticam pelo envenenamento das aguas, e pelo emprego das redes, aparelhos e instrumentos, que destroem a criação dos peixes.

7.º Publicar, finalmente, todos os annos os documentos necessários para se reconhecer o estado das nossas pescarias, dos seus progressos e das suas necessidades.

Art. 13.º O governo dará conta ás cortes do uso que fizer d'esta authorisação.

Art. 14.º Fica revogada a legislação contraria. Sala das sessões, 25 de fevereiro de 1860.—O deputado pelo circulo de Chaves, *Rodrigo de Moraes Soares*.

A
Nota indicativa do rendimento bruto da industria da pesca no continente do reino, calculado sobre o producto do imposto filial de 6 por cento

ANOS	PRODUCTO DO IMPOSTO	RENDIMENTO BRUTO
1844.....	59.085.218	984.752.213
1845.....	73.140.272	1.219.013.200
1846.....	42.696.264	711.610.300
1847.....	51.392.240	855.873.200
1848.....	62.519.264	1.041.994.288
1849.....	70.000.269	1.166.749.248
1850.....	59.601.213	993.352.216
1851.....	64.005.213	1.066.752.288
1852.....	56.004.264	933.410.266
1853.....	60.919.269	1.045.239.233
1854.....	70.741.237	1.179.021.250
1855.....	62.519.264	1.041.994.288
1856.....	61.079.237	1.017.988.238
1857.....	62.017.242	1.033.623.268
Médias annuaes.....	60.385.247	1.006.424.260

N.º 1

Tabela a que se refere o § 6.º do artigo 3.º d'esta lei

VENCIAMENTOS DOS EMPREGADOS	
1 Inspector geral.....	1.400.000
1 Secretario geral.....	600.000
1 Primeiro amanuense.....	400.000
1 Segundo dito.....	300.000
2 Engenheiros addidos a 800.000.....	1.600.000
5 Provedores regionaes a 600.000.....	3.000.000
5 Secretarios ditos a 300.000.....	1.500.000
50 Presidentes das juntas dos gremios maritimos a 300.000.....	15.000.000
50 Secretarios professores a 200.000.....	10.000.000
Reis.....	33.800.000

N.º 2

Tabela das taxas de matrícula, a que se refere o § 1.º do artigo 10.º d'esta lei

PESCADORES	BARCOS	INSTRUMENTOS DE PESCA
até 15 annos	de 15 a 25 annos	de mais de 25 annos
20	30	40
2.500	500	1/2 % do seu valor

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 11 do corrente, e de Paris até 8.

Os jornaes hespanhoes, alem de alguns despachos pouco importantes relativos ao temporal que ainda no dia 10 do corrente continuava a reinar no Estreito, publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:
Londres, 9 de março.—Lord John Russell pediu a Sir Kinglake que adiasse a sua proposta. Sir Kinglake acceden a este pedido.

Na camara dos lords, lord Normandy e lord Grey censuraram o costume que têm os ministros e embaixadores, de empregarem na sua correspondencia diplomatica cartas particulares, que não podem figurar immediatamente como documentos publicos, dando assim lugar a que as differentes questões não tenham por vezes a publicidade que deviam ter.

Na camara dos commons, alguns ministros protestantes e catholicos apresentaram uma exposição na qual perguntam se o governo observará o principio de não intervenção, ao menos nos estados do papa.

Lord Palmerston respondeu que a religião nada tem com a determinação dos ministros, que só querem que a Italia seja livre, sendo conferida aos italianos plena liberdade para decidirem as suas questões.

Lindsay, depois de approvar o tratado, faz uma proposta para que sejam abolidos os direitos differencias contra a marinha ingleza.

Lord Vane-Tempest, propoz uma emenda concebida nos termos seguintes:

«A camara absten-se de manifestar a sua opposição sobre o tratado de commercio, até que saiba quaes são as tentações do imperador dos francezes em relação à Saboya. Depois de discutida, foi retirada a emenda.»

Vienna, 9.—A *Gazette de Vienne* diz que, a despeito das precauções que se tomaram, o general

Eynatten suicidou-se na prisão, deixando uma carta na qual manifesta o maior arrependimento pelas faltas que tinha commetido.

Paris, 9.—Os jornaes publicam hoje a carta imperial (de que o telegrapho deu já noticia) de algumas concessões liberadas feitas pelo imperador da Austria. A extensão do conselho do imperio é uma das medidas consignadas n'essa carta.

Os despachos telegraphicos recebidos dos paizes estrangeiros são de dia para dia mais extensos, e enchem columnas inteiras dos jornaes da tarde.

Os despachos do Londres publicam largos extractos das sessões das camaras, e um despacho chegado hoje de Turin contém uma grande parte da nota dirigida, no dia 2 do corrente, pelo conde de Cavour ao cavalheiro Negri, sobre a questão relativa à annexação de Niza e Saboya à França.

O ministro sardo declara estar muito compenetrado dos serviços que o imperador Napoleão prestou à Italia, e do que esta lhe deve, para não prestar séria attenção a um pedido que se baseia na vontade dos povos; e não obstante o rei nunca ter pensado em ceder ou trocar essas provincias, que são o esplendor da casa de Saboya, a verdade é que os ultimos acontecimentos modificaram a situação d'ellas, e não se deve recusar aos subditos de sua magestade o direito de manifestarem os seus votos, quando o Piemonte reclama igualmente que tenha lugar para fim identico a votação na Italia central. Por conseguinte, quaesquer que sejam esses votos, o gabinete sardo toma-los-ha em consideração a fim de que sejam sancionados pelo parlamento.

—Despachos dados pela *Correspondencia de España*.

Paris, 11 de março.—O *Moniteur* de hoje promulga como lei o tratado de commercio entre a França e a Inglaterra.

Os despachos telegraphicos recebidos da Italia dizem que as populações estão animadas do melhor espirito.

As municipalidades dirigem exposições favoraveis ao governo sardo.

PIEMONTE

Temos á vista o texto da resposta dirigida pelo conde de Cavour ás ultimas propostas francezas.

O governo piemontez declara que não tem a menor duvida em transmitir essas propostas aos governos da Italia central que consultarão as populações por meio de suffragio universal e directo. O gabinete de Turin pensa que o vicariato nas Legações não será bem acolhido nem pelas populações nem pelo papa. Na opinião do conde de Cavour, alcançar-se-ha o resultado que a França tem em vista, se a annexação ao Piemonte tiver lugar sob a reserva expressa de que o rei reconheça a soberania do papa.

Quando a Toscana o governo piemontez comprometter-se a concorrer francamente para o estabelecimento da autonomia d'esse estado, uma vez que as populações se pronunciam n'este sentido; porém respeitár os votos que emitirem as populações dos outros estados. Em compensação, se o suffragio popular se pronunciar ainda uma vez a favor da annexação, o governo piemontez não poderá oppor-se a tal resolução sem correr os maiores perigos.

Tal é em resumo o sentido da extensa nota do conde de Cavour, que guarda, como se vê, um completo silencio relativamente á questão da Saboya. Todavia o governo sardo não dissimula a immensa responsabilidade que assume, aceitando de antemão a eventualidade da annexação, sobre tudo depois das declarações formaes contidas na nota do ministro dos negocios estrangeiros da França, e que significam para o Piemonte, que em tal caso não deve contar com o auxilio da França. Porém o perigo seria ainda maior, e a posição do Piemonte na Italia perfectamente impossivel, se o gabinete de Turin accedesse ás propostas francezas. Em vez de comprometter d'essa maneira a grande obra da regeneração, pela qual a França fez tão generosos sacrificios; a honra, e até o interesse bem entendido do nosso paiz, aconselhava ao rei e ao seu governo que se exponham a um maior perigo. Debajo do ponto de vista europeu e das disposições das potencias, diz ainda o conde de Cavour, a annexação tem sem duvida maiores inconvenientes do que a restauração da dynastia de Lorena, de que hoje se não falla; porém tem menos do que o estabelecimento de uma nova dynastia.

A despeito de declarações tão claras e terminantes dadas, tanto na nota do conde de Cavour, como na de mr. de Thouvenel, o *Nord* diz que se recebeu em Paris uma nova nota, na qual o governo sardo parece concordar mais com o governo francez, pelo menos na parte relativa ás Legações.

Por outra parte liga-se alguma importancia á viagem do conde de Arès que partiu para Turim, onde se acha actualmente, devendo depois regressar a Paris. «Se estas negociações, diz a *Independence Belge*, tiverem um resultado que esteja em harmonia com os desejos do imperador dos francezes, sua magestade convidará as grandes potencias para que se reúnem em conferencia, a fim de lhes expor os motivos da annexação da Saboya, sob a reserva da approvação das populações, e com combinações taes que possam garantir os interesses da confederação helvetica.»

O jornal belga diz saber, tambem por via fidedigna, que o ministro da Russia em Turim declarára o seu governo não reconhecerá o principio do direito proprio contra o principio da legitimidade. Porém acrescentou que a Russia não fará um *casus belli* da annexação da Italia central á Sardenha.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

do
INSTITUTO D. JOÃO
NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Gráus C.	Por 100	Rumos
9 m. 758,87	12,5	87,7	ONO.
3 t. 757,45	13,9	79,8	ONO.

DIA 13.

Maxima—temperatura.....	14.º C.
Minima.....	8.º »
Ozone (de noite).....	8,5
Ozone (de dia).....	9,0
Chuva (udometro).....	1,3 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	2,4 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 951 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 9 de março.....	47.296.2025
Idem no dia 10.....	9.866.2185
	57.162.2210

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Março, 10

MANIFESTADO PARA DEPÓSITO	Piças Alm. Can.
Vinho.....	320 17 9

DESPACHADO PARA CONSUMO

No Porto	Piças Alm. Can.
Vinho maduro.....	77 16 5
Dito verde.....	4 9 6

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

No Porto	Piças Alm. Can.
Vinho.....	57 10 11
Aguardente.....	13 2 -

PRAÇA DO PORTO, 12 DE MARÇO

Metaes	Compra	Venda
Peças de 84000—a prata.....	73980	84000
Oncas hespanholas—a oiro.....	152200	154300
Ditas mexicanas—a oiro.....	142000	142300
Soberanos—a prata.....	42490	42500
Oiro cercado—a oiro.....	12980	24000
Patacas hespanholas—a prata.....	2940	2960
Ditas brasileiras—a prata.....	2920	2950
Ditas mexicanas—a prata.....	2920	2950
Prata em barra—a oiro.....	2126	2126 1/2
Cinco francos—a oiro.....	2880	2900

(Commercio do Porto.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 14 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Milia, brigue prussiano, capitão H. Loyde, de Swansea em 8 dias, com carvão, o P. Olive & C.; 11 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 6 horas e meia da tarde.

Saint George, barca ingleza, capitão H. Walterlassie, de Cardiff em 9 dias, com carvão e cok, a ordens; 15 pessoas de tripulação.

Boa Lembrança, hiate portuguez, mestre L. J. Vianna, de Olhão em 16 dias, em lastro; 7 pessoas de tripulação. Destina-se para Vianna, e vem arribado por causa do tempo, falta de panno e ferro.

Ahti, barca russiana, capitão M. A. Winstin, de Cardiff em 7 dias, com carvão, a ordens; 13 pessoas de tripulação.

Nepenthe, barca ingleza, capitão J. Campbell, de Liverpool em 8 dias, com carvão, ferro, e algodão, a E. Moller; 12 pessoas de tripulação.

Orion, barca ingleza, capitão J. Juells, de Cardiff em 14 dias, com carvão, a G. A. Hancock & C.; 11 pessoas de tripulação.

Valeria, barca sueca, capitão U. Dahl, de Cardiff em 21 dias, com carvão, a A. Van Zeller; 14 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Mars, nau ingleza a vapor.

Magdalena, paquete inglez a vapor, capitão R. Woodward, para S. Vicente, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Montevideo, e Buenos Ayres, com fazendas e encomendas; 126 pessoas de tripulação, e 136 passageiros.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto, com varias fazendas; 31 pessoas de tripulação, e 89 passageiros.

Christina Jacoba, capitão K. A. de Groot, para Setubal, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Tordenskiold, escuna dinamarcheza, capitão H. L. Wdpye, para Setubal com sal; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 14 de março de 1860.—*J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 14 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 13

Entrou o vapor *inglez Bragança*, de Liverpool em 4 dias.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra fica o patacho portuguez *Iberia*, dois briguees, sendo um o *Melina*, e uma escuna ingleza.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve N. forte, agora regular.

De Villa do Conde, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NO.

De Caminha, do dia 13

Entrou o hiate *Dezenove de Junho*, de Malaga.

Mar agitado.—Vento NNO.

Da Figueira, do dia 13

Saiu o palhaborde *inglez Mischief*, para Londres, com laranja.

Não entrou nem fôra da barra se avista embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNO.

Da Ericeira, do dia 13

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar picado.—Vento NNO.—Tempo nevoado.

De Faro, do dia 13

Saiu o cabique *Nova Brilhante*, para Gibraltar, com generos do paiz.

Hontem não saiu nem entrou embarcação alguma.

Mar grosso na costa.—Tempo nublado.—Vento O. e ONO.

De Tavira, do dia 13

Entrou o cabique portuguez *Santa Antonio* e *Almas*, de Lisboa em 9 dias, com fazendas e encomendas.

Saídas—Patacho portuguez *Europa*, para Genova, com alfarrôba.—Falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, para Ayamonte, com ovos e marisco.

Hontem de tarde tambem saiu o cutter de guerra *Ligeiro*, pertencente á esquadilha da costa d'esta provincia.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 13

Entrou o cabique de guerra portuguez *Mindello*.

Saídas—Barca *inglez Adventure*, e patacho *inglez Naomi*, ambos para Liverpool, com mineral.

Está proximo da barra um palhaborde.

Mar pouco agitado.—Atmosfera enevoad.—Vento NO. forte.

De Villa Nova de Portimão, do dia 11

Entrou o falucho hespanhol *Virgem das Dores*, de Huelva em 5 dias, em lastro.

Saiu o falucho hespanhol *Virgem das Dores*, a pescar.

As cinco horas da manhã tocou n'este porto o vapor *D. Luiz*, procedente de Lisboa; desembarcou 6 passageiros, e seguiu depois seu destino.

O mar está bom.—Vento NO. regular.

Do dia 12

Entrou o hiate portuguez *Restauração*, de Viança em 3 dias, com milho.

Não saiu embarcação alguma.

Appareceu proximo da barra um brigue e um patacho.

O mar está bom.—Vento NO. regular.

Do dia 13

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento ONO. muito rijo.

Fôra da barra está fundeado um patacho *inglez*, e anda sobre vela um brigue *inglez*.

De Setubal, do dia 13

Entradas—Barca russiana *Riga*, de Antuerpia, em lastro.—Hiate portuguez *Lanceiro*, do Porto, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NNE. forte.

De Lagos, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.

Do dia 10

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.

Do dia 11

Comunicou o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Lisboa, desembarcou 24 passageiros, e seguiu para Portimão.

Entrou o falucho hespanhol *S. Antonio* e *Angustias*, de Portimão em lastro.

Fica á vista um brigue e um patacho.

Vento NE. bonançoso, e de tarde NO. fresco.—Mar bom.

Do dia 12

As dez horas da manhã entrou o vapor portuguez *Brazil*, do Rio de Janeiro e mais portos em 35 dias, 80 passageiros, arribou estando 30 milhas ao N. do Cabo de S. Vicente por falta de carvão; ficou de quarentena.

Ancoraram a abrigarem-se do tempo, um hiate e um cabique portuguezes, um brigue *inglez*, dois briguees francezes, e uma galeota austriaca.

A vista tres barcos, cinco briguees e cinco patachos.

Não saiu embarcação alguma.